



DIÁRIO

República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XXXIX — Nº 080

CAPITAL FEDERAL

SÁBADO, 4 DE AGOSTO DE 1984

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso IV, da Constituição, e eu, Lomanto Júnior, 1º-Vice-Presidente, no exercício da Presidência, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 40, DE 1984

Autoriza o Governo do Estado da Bahia a contratar operação de empréstimo externo no valor de US\$ 149,000,000.00 (cento e quarenta e nove milhões de dólares americanos), destinado ao Projeto de Água Potável Pedra do Cavalo, naquele Estado.

Art. 1º É o Governo do Estado da Bahia autorizado a realizar, com a garantia da União, operação de empréstimo externo no valor de US\$ 149,000,000.00 (cento e quarenta e nove milhões de dólares americanos) ou o equivalente em outras moedas, de principal, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID, sob a orientação do Ministério da Fazenda e do Banco Central do Brasil, a ser utilizado no Projeto de Água Potável Pedra do Cavalo, para a Região Metropolitana de Salvador, naquele Estado.

Art. 2º A operação realizar-se-á nos termos aprovados pelo Poder Executivo Federal, inclusive o exame das condições creditícias da operação, a ser efetuado pelo Ministério da Fazenda, em articulação com o Banco Central do Brasil, nos termos do art. 1º, item II, do Decreto nº 74.157, de 6 de junho de 1974, obedecidas as demais exigências dos órgãos encarregados da execução da política econômico-financeira do Governo Federal e, ainda, o disposto na Lei Estadual nº 4.227, de 30 de março de 1984, autorizadora da operação.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 2 de agosto de 1984. — Senador **Lomanto Júnior**, 1º-Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

SUMÁRIO

1 — ATA DA 110ª SESSÃO, EM 3 DE AGOSTO DE 1984

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Avisos do Ministro-Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República

— Nº 338/84, encaminhando esclarecimentos do Ministério da Fazenda sobre os quesitos constantes do Requerimento de Informações nº 105/84, formulado com o objetivo de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 110/82.

— Nº 354/84, encaminhando esclarecimentos da Secretaria de Planejamento da Presidência da Re-

pública sobre os quesitos constantes do Requerimento de Informações nº 76/84, formulado com o objetivo de instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 72/84.

— Nº 356/84, encaminhando esclarecimentos do Ministério da Fazenda sobre os quesitos constantes do Requerimento de Informações nº 83/84, formulado com o objetivo de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 48/84.

1.2.2 — Ofício do Secretário-Geral do Ministério da Previdência e Assistência Social

— Nº 414/84, encaminhando a manifestação daquele Ministério, em atendimento à audiência solicitada pela Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 136/83.

1.2.3 — Leitura de projeto

— Projeto de Lei do Senado nº 125/84, de autoria do Sr. Senador Nelson Carneiro, que acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho, com a finalidade de impor pesada multa, que reverterá ao trabalhador prejudicado, no caso de descumprimento da exigência legal relativa à isonomia salarial.

1.2.4 — Requerimentos

— Nº 153/84, de autoria dos Srs. Senadores Nelson Carneiro e Humberto Lucena, solicitando urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 70/84, que introduz modificações na Lei nº 5.969, de 1973, que instituiu o PROAGRO, com vistas a possibilitar a co-

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

AIMAN GUERRA NOGUEIRA DA GAMA

Diretor-Geral do Senado Federal

ALOISIO BARBOSA DE SOUZA

Diretor Executivo

LUIZ CARLOS DE BASTOS

Diretor Industrial

RUDY MAURER

Diretor Administrativo

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre	Cr\$ 3.000,00
Ano	Cr\$ 6.000,00

Exemplar Avulso: Cr\$ 50,00

Tiragem: 2.200 exemplares

bertura de riscos agropecuários nos investimentos não financiados.

— Nº 154/84, de autoria dos Srs. Senadores Nelson Carneiro e Humberto Lucena, solicitando urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 103/84, que dispõe sobre a manutenção da correção automática semestral dos salários de acordo com o INPC e revoga dispositivos do Decreto-lei nº 2.065, de 26 de outubro de 1983.

— Nº 155/84, de autoria do Sr. Senador Jaison Barreto, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado, do Suplemento JSC — Carvão, edição de 6 de julho de 1984.

1.2.5 — Comunicações da Presidência

— Providências adotadas com vistas à republicação da Resolução nº 34, de 1984.

— Recebimento de Ofício nº S/8, de 1984 (nº 573/84, na origem), do Sr. Governador do Estado de Goiás, solicitando, pelas razões que expõe, retificação da Resolução nº 362/83, que autorizou aquele Estado a contratar operação de crédito externo, no valor de US\$ 55.000.000,00, destinado ao programa Rodovias Alimentadoras.

— Recebimento de Ofício do Sr. Presidente do Tribunal Federal de Recursos pelo qual transmite ao Senado voto de profundo pesar pelo falecimento do Senador Dinarte Mariz.

— Recebimento do Ofício nº S/9, de 1984, do Sr. Governador do Estado do Maranhão, solicitando autorização do Senado Federal a fim de que aquele Estado possa realizar operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 50.000.000,00, para o fim que especifica.

1.2.6 — Discursos do Expediente

SENADOR ITAMAR FRANCO — Observações sobre declarações atribuídas ao Governador Franco Montoro a respeito da participação dos partidos de Oposição no Colégio Eleitoral.

SENADOR LOURIVAL BAPTISTA — Sesquicentenário de fundação do Banco Econômico S/A.

SENADOR ALMIR PINTO — Defesa do incremento da implantação de projetos de irrigação no Nordeste. Simpósio "Nordeste Agora", a ser promovido pela Bancada do PDS no Congresso Nacional.

SENADOR JORGE KALUME — Comunicação recebida do Sr. Ministro da Indústria e do Comércio sobre a fixação de novos preços básicos e reguladores da borracha natural.

SENADOR NELSON CARNEIRO, como Líder — Defesa da rejeição do veto apostado pelo Senhor Presidente da República ao Projeto de Lei da Câmara nº 62/83, que determina o pagamento de taxa de "royalties" aos Estados e Territórios, pela extração de petróleo em sua plataforma continental.

SENADOR MÁRIO MAIA — Apelo ao Ministro Danilo Venturini no sentido de determinar providências visando à desapropriação de área de terra que específica, no Estado do Acre, em face da existência de conflitos pela posse da terra envolvendo proprietários e posseiros.

1.2.7 — Requerimento

— Nº 156/84, de autoria do Sr. Senador Marcondes Gadelha, solicitando autorização do Senado para participar, como Observador Parlamentar, da Conferência Internacional sobre População, a ser realizada na Cidade do México, no período de 6 a 14 do corrente.

1.3 — ORDEM DO DIA

— Projeto de Lei da Câmara nº 5/81 (nº 3.035/80, na Casa de origem), alterando o art. 1º da Lei nº 6.226, de 14 de julho de 1975, que dispõe sobre a contagem recíproca de tempo de serviço público federal e de atividade privada, para efeito de aposentadoria, e dá outras providências. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei da Câmara nº 10/81 (nº 1.529/79, na Casa de origem), que dispõe sobre a aposentadoria, com proventos integrais, dos ex-combatentes segurados da Previdência Social. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei da Câmara nº 44/81 (nº 587/79, na Casa de origem), que veda aos veículos de comunicação de massa (rádio, televisão, cinema, jornais, revistas, cartazes, anuários ou qualquer outro tipo de publicação) aceitar a autorização ou a veiculação de anúncios e de comerciais que não sejam negociados,

produzidos, criados, filmados, gravados, copiados — imagem e som — por profissionais e empresas brasileiras. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei da Câmara nº 53/77 (nº 227/75, na Casa de origem), que dispõe sobre condições a observar na renovação de contratos de atletas profissionais, e dá outras providências. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei da Câmara nº 65/79 (nº 4.257/77, na Casa de origem), que autoriza a alienação de imóveis residenciais da Rede Ferroviária Federal a seus ocupantes. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Requerimento nº 784/83, de autoria do Sr. Senador Henrique Santillo, solicitando a criação de uma comissão especial mista, composta de 11 Senadores e 11 Deputados, para, no prazo de 120 dias, com a colaboração das entidades mais representativas da sociedade civil, discutir e apresentar soluções para a crise econômico-financeira do País. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Requerimento nº 104/84, dos Senadores Nelson Carneiro e Humberto Lucena, solicitando urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 290/83, de autoria do Senador Nelson Carneiro, que revoga a Lei nº 7.138, de 7 de novembro de 1983. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei da Câmara nº 79/79 (nº 1.511/75, na Casa de origem) que acrescenta parágrafo ao art. 5º da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, que dispõe sobre a Lei Orgânica da Previdência Social, alterada pela Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973. (Apreciação preliminar da juridicidade). **Votação adiada por falta de quorum.**

1.4 — MATÉRIA APRECIADA APÓS A ORDEM DO DIA

Requerimento nº 156/84, lido no Expediente. **Votação adiada por falta de quorum**, após parecer oral favorável proferido pelo Sr. Jorge Kalume.

1.5 — DISCURSOS APÓS A ORDEM DO DIA

SENADOR NELSON CARNEIRO — Aplauso à decisão do Conselho Monetário Nacional assegurando cobertura de seguro das importâncias correspondentes aos recursos próprios despendidas com a produção de alimentos.

SENADOR GASTÃO MÜLLER — Transcurso do aniversário de nascimento do ex-Senador Filinto Müller.

SENADOR ALFREDO CAMPOS — Necrológio do Sr. Gil Diniz Júnior, da cidade de Contagem—MG.

1.6 — DESIGNAÇÃO DA ORDEM DO DIA DA PRÓXIMA SESSÃO. ENCERRAMENTO.

2 — DISCURSOS PRONUNCIADOS EM SESSÕES ANTERIORES

— Do Sr. José Ignácio Ferreira, proferido na sessão de 29-6-84

— Do Sr. Jorge Kalume, proferido na sessão de 2-8-84

— Do Sr. Almir Pinto, proferido na sessão de 2-8-84

3 — ATO DO PRESIDENTE DO SENADO

Nº 50, de 1984

4 — MESA DIRETORA

5 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

6 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

Ata da 110ª Sessão, em 3 de agosto de 1984

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência do Sr. Moacyr Dalla

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRs. SENADORES:

Jorge Kalume — Mário Maia — Fábio Lucena — Aloysio Chaves — Hélio Gueiros — Alberto Silva — Almir Pinto — José Lins — Virgílio Távora — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Marco Maciel — Luiz Cavalcante — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Lomanto Júnior — Moacyr Dalla — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Gastão Müller — Pedro Simon — Octávio Cardoso.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — A lista de presença acusa o comparecimento de 25 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos. O Sr. 1º-Secretário procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE

Avisos do Ministro-Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República

Nº 338/84, de 9 de julho, encaminhando esclarecimentos do Ministério da Fazenda sobre os quesitos constantes do Requerimento de Informações nº 105, de 1984, de autoria do Senador Henrique Santillo, formulado com o objetivo de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 110, de 1982, que "estabelece condições para a importação, exportação, reexportação e trânsito de material bélico pelo território nacional".

Nº 354/84, de 16 de julho, encaminhando esclarecimentos da Secretaria de Planejamento da Presidência da República sobre os quesitos constantes do Requerimento de Informações nº 76, de 1984, de autoria do Senador Henrique Santillo, formulado com o objetivo de instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 72, de 1984 (nº 1.206/79, na Casa de origem), que estabelece condições para alienação de empresas desestatizadas".

Nº 356/84, de 16 de julho, encaminhando esclarecimentos do Ministério da Fazenda sobre os quesitos constantes do Requerimento de Informações nº 83, de 1984, de autoria do Senador Roberto Campos, formulado com o objetivo de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 48, de 1984, que "dispõe sobre a Política Nacional da Informática, e dá outras providências".

OFÍCIO

Do Secretário-Geral do Ministério da Previdência e Assistência Social

Nº 414/84, de 30 de julho do corrente ano, encaminhando a manifestação daquele Ministério, em atendimento à audiência solicitada pela Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 136, de 1983, de autoria do Senador Roberto Campos, que "autoriza a delegação de atividade de previdência social em empresas privadas".

(À Comissão de Constituição e Justiça.)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — O Expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, projeto de lei que vai ser lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 125. DE 1984**

Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho, com a finalidade de impor pesada multa, que reverterá ao trabalhador prejudicado, no caso de descumprimento de exigência legal relativa à isonomia salarial.

O Congresso Nacional decreta:
Art. 1º É acrescentado ao art. 461 da Consolidação das Leis do Trabalho o seguinte § 5º:

"§ 5º O empregador que infringir as disposições deste artigo sujeitar-se-á ao pagamento de multa no valor de dez (10) vezes o maior salário de referência, em favor do empregado prejudicado."

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Um dos preceitos normativos do Direito do Trabalho que é infringido com maior frequência é aquele que trata da isonomia salarial. Procurou o legislador, no contexto do art. 461, da CLT, disciplinar convenientemente a igualdade de tratamento em matéria de remuneração,

mas a experiência tem demonstrado que ainda assim há burlas.

Considera-se de igual valor o trabalho prestado por empregados que, exercendo função idêntica e não tendo diferença de tempo de serviço superior a dois anos, apresentam igual produtividade e perfeição técnica. É ressaltado ao empregador o direito de organizar quadro de carreira, caso em que não prevalecerão, para fins de equiparação, os critérios citados.

O princípio ficado em lei é razoável e acreditamos atender às necessidades básicas da Justiça Social.

Cumprido, entretanto, observar que dois tipos de dificuldades estão a impedir a sua plena aplicação prática.

Em primeiro lugar, verifica-se que toda vez que o empregado reclama perante os órgãos judiciários seu direito à equiparação salarial, o empregador, em represália, exerce sua faculdade de rescindir o contrato de trabalho unilateralmente. Assim, temeroso de perder o emprego, o trabalhador deixa de reivindicar o que lhe é devido. Qualquer demanda que mais tarde venha a ser ajuizada será fatalmente atingida pela prescrição.

Em segundo lugar, dificulta sobremaneira o exercício judicial da reivindicação a exigência de estar o paradigma ainda prestando serviço à empresa. Parte o legislador, certamente, do pressuposto errôneo de que o pleito é sempre contemporâneo à violação do direito.

Para sanar tal situação, é necessário, a nosso ver, instituir uma pesada multa pecuniária de sorte a desestimular qualquer infringência de lei.

Sala das Sessões, 3 de agosto de 1984. — Nelson Carneiro.

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI Nº 5.452,
DE 1º DE MAIO DE 1943

Art. 461. Sendo idêntica a função, a todo trabalho de igual valor, prestado ao mesmo empregador, na mesma localidade, corresponderá igual salário, sem distinção de sexo, nacionalidade ou idade.

§ 1º Trabalho de igual valor, para os fins deste capítulo, será o que for feito com igual produtividade e com a mesma perfeição técnica, entre pessoas cuja diferença de tempo de serviço não for superior a dois anos.

§ 2º Os dispositivos deste artigo não prevalecerão quando o empregador tiver pessoal organizado em quadro de carreira, hipótese em que as promoções deverão obedecer aos critérios de antiguidade e merecimento.

§ 3º No caso do parágrafo anterior, as promoções deverão ser feitas alternadamente por merecimento e por antiguidade, dentro de cada categoria profissional.

§ 4º O trabalhador readaptado em nova função, por motivo de deficiência física ou mental atestada pelo órgão competente da Previdência Social, não servirá de paradigma para fins de equiparação salarial.

(Às Comissões de Constituição e Justiça e de Legislação Social.)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla). — O projeto lido será publicado e remetido às comissões competentes.

Sobre a mesa, requerimentos que vão ser lidos pelo Sr. 1º-Secretário.

São lidos os seguintes

REQUERIMENTO Nº 153, DE 1984

Requeremos urgência, nos termos do art. 371, alínea "c" do Regimento Interno, para o Projeto de Lei de minha autoria nº 70, de 1984, que "introduz modificações na Lei nº 5.969, de 1973, que instituiu o PROAGRO, com vistas a possibilitar a cobertura de riscos agropecuários nos investimentos não financiados".

Sala das Sessões, 3 de agosto de 1984. — Nelson Carneiro — Humberto Lucena.

REQUERIMENTO Nº 154, DE 1984

Requeremos urgência, nos termos do art. 371, alínea "c" do Regimento Interno, para o Projeto de Lei do Senado nº 103, de 1984, que "dispõe sobre a manutenção da correção automática semestral, dos salários de acordo com o INPC e revoga dispositivos do Decreto-lei nº 2.065, de 26 de outubro de 1983".

Sala das Sessões, 2 de agosto de 1984. — Nelson Carneiro — Humberto Lucena.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla). — Os requerimentos que vêm de ser lidos serão incluídos na Ordem do Dia da sessão seguinte, nos termos do art. 375, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 155, DE 1984

Nos termos do art. 233 do Regimento Interno, requiero a transcrição, nos Anais do Senado, do Suplemento JSC — Carvão, edição de 6 de julho de 1984.

Sala das Sessões, 3 de agosto de 1984. — Jaison Barreto.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla). — O requerimento lido será publicado e submetido ao exame da Comissão Diretora, nos termos regimentais.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla). — A Presidência comunica ao plenário que, tendo sido verificada inexistência material devida a lapsos manifestos na redação da Resolução nº 34, de 1984, que autoriza a Prefeitura Municipal de Fortaleza (CE) a elevar em Cr\$ 5.552.000.000,00 (cinco bilhões, quinhentos e cinquenta e dois milhões de cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, determinou as providências necessárias à sua republicação, obedecido o disposto no art. 360, letra c, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla). — A Presidência recebeu, do Governador do Estado de Goiás, o Ofi-

cio nº S/8, de 1984 (nº 573/84, na origem), solicitando, pelas razões que expõe, retificação da Resolução nº 362, de 30 de novembro de 1983, que autorizou aquele estado a contratar operação de crédito externo, no valor de US\$ 55.000.000,00 (cinquenta e cinco milhões de dólares americanos), destinado ao programa "rodovias alimentadoras".

A matéria será despachada às Comissões de Finanças e de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla). — A Presidência recebeu ofício do Presidente do Tribunal Federal de Recursos pelo qual transmite ao Senado voto de profundo pesar pelo falecimento do Senador Dinarte Mariz, aprovado por aquela Corte de Justiça, em sessão de 1º de agosto corrente, com a adesão do Ministério Público Federal.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla). — A Presidência recebeu, do Governador do Estado do Maranhão, o Ofício nº S/9, de 1984 (nº 529/84, na origem), solicitando, nos termos do item IV do artigo 42 da Constituição, autorização do Senado Federal a fim de que aquele Estado possa realizar operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares americanos), para o fim que especifica.

A matéria será despachada às Comissões de Finanças e de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla). — Concedo a palavra ao nobre Senador Hélio Gueiros.

O SR. HÉLIO GUEIROS — Sr. Presidente, cedo a minha vez ao nobre Senador Itamar Franco.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla). — Concedo a palavra ao nobre Senador Itamar Franco, por cessão do nobre Senador Hélio Gueiros.

O SR. ITAMAR FRANCO PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla). — Concedo a palavra ao nobre Senador Lourival Baptista, por cessão do Senador Otávio Cardoso.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (PDS — SE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

As comemorações do sesquicentenário do Banco Econômico, no dia 13 de julho passado, data em que essa pujante e dinâmica instituição completou 150 anos de relevantes serviços prestados à Bahia, ao Nordeste e ao Brasil, ultrapassaram todas as expectativas, tanto no concernente às repercussões desse histórico acontecimento, como, sobretudo, no que tange às significativas demonstrações de prestígio e credibilidade que lhe foram tributadas pelas autoridades, classes empresariais e ilustres personalidades, então reunidas em Salvador.

Deve-se ressaltar, no elenco das solenidades realizadas, a inauguração do Edifício Goes Calmon, a nova e magnífica sede do Banco Econômico perante o Presidente João Batista Figueiredo e vários integrantes da comitiva presidencial, dentre os quais os Ministros Ernãne Galveas, Octávio Medeiros, Danilo Venturini, Haroldo Correia de Mattos, Rubem Ludwig; os Governadores da Bahia, João Durval Carneiro, e de Sergipe, João Alves Filho; os ex-Governadores da Bahia e Sergipe Antônio Carlos Magalhães e Augusto Franco, grande número de parlamentares — Senadores e Deputados Federais e Deputados Estaduais — expressiva representação do empresariado nacional de bancos nacionais e estrangeiros, destacando-se Nilson Mota, e Eduardo Castro Neiva, Diretores do Banco do Brasil S/A, Camilo Calazans, Presidente do Banco do Nordeste, Rodolfo Marco Bonfiglioli, Banco Auxiliár; Roberto Bornhausen, Unibanco

e Presidente da Federação Nacional dos Bancos; Eduardo Magalhães Pinto, Banco Nacional; Lázaro Brandão, Bradesco; Olavo Setúbal, Banco Itaú; Carlos Eduardo Quartim Barbosa, Comind; Carlos Alberto Vieira, Banco Safra; Cândido Paula Machado, Banco Boavista; Juarez Soares, Banco Real e Sandoval Moraes, Banco do Progresso e os Senhores Roberto Chamberlain, do First National Bank of Atlanta; Ruy Bello, do Pittsburgh National Bank; Herry Hannenberg, Vice-Presidente do Citybank; James Robinson III, Chairman do American Express; Robert Joss, do Wells Fargo Bank; Erwin Wehrli, da União dos Bancos Suíços; Yasuhara Kambura, do Banco de Tóquio; Paulino Garcia Takano, do Banco de Bilbao; Antônio Prado, do Banco de Hong Kong e Changai; Hriri Romeo, do Crédito Italiano; e o Presidente da Mitsubichi, Eiji Suzuki.

Durante a solenidade de inauguração, falaram o Presidente Ângelo Calmon de Sá, ex-Ministro da Indústria e do Comércio e o ex-Presidente do Banco do Brasil; o Governador João Durval Carneiro e o Ministro da Fazenda Ernãne Galveas, cujos discursos solicito sejam incluídos neste meu pronunciamento.

Ângelo Calmon de Sá, como Presidente do Banco Econômico, traçou, em seu objetivo pronunciamento, o perfil histórico da instituição, analisou o seu atual panorama de crescente expansão e modernização técnico-administrativa, e avaliou as perspectivas do Banco Econômico como uma das mais poderosas forças propulsoras do desenvolvimento econômico-financeiro da Nação brasileira.

Efetivamente, convém acentuar que o Banco Econômico — holding de um conglomerado de 42 empresas, em cujas atividades 21 mil funcionários trabalham num clima de comprovada eficiência, aprimoramento técnico e entusiasmo — adquiriu dimensões exponenciais no cenário nacional, abrangendo cerca de 463 agências em pleno funcionamento, situando-se, hoje, como o 7º maior Banco do País.

Dispenso-me de aduzir comentários adicionais, estatísticas e indicadores, relativos às múltiplas e heterogêneas operações do Banco Econômico que, de resto, são do conhecimento geral.

O Sr. Jorge Kalume — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. LOURIVAL BAPTISTA — Com muito prazer eminente Senador Jorge Kalume.

O Sr. Jorge Kalume — V. Exª está fazendo justiça quando exalta os 150 anos de uma instituição bancária, que é coisa rara neste País. Creio que depois do Banco do Brasil o Banco Econômico deve ser o mais antigo e sempre em ascensão. Quero, nesta oportunidade, meu prezado colega de Sergipe, nobre Senador Lourival Baptista, congratular-me com os seus seguidores, com a atual Diretoria que tem sabido manter no mesmo rumo do progresso essa instituição que, também, tem contribuído para a grandeza econômico-financeira do nosso País. Muito obrigado.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA — Sou muito grato a V. Exª, eminente Senador Jorge Kalume, pelo seu aparte. Quero dizer que o Banco Econômico é na verdade o que V. Exª acaba de dizer. Em 1951 ele abriu a sua primeira agência fora do Estado e justamente em Aracaju, no Estado de Sergipe.

Muito grato a V. Exª, eminente Senador Jorge Kalume, pelo seu aparte, que enriquece o meu pronunciamento.

O Sr. Passos Pôrto — Permite V. Exª um aparte?

O SR. LOURIVAL BAPTISTA — Com prazer, eminente Senador Passos Pôrto.

O Sr. Passos Pôrto — Nobre Senador Lourival Baptista, V. Exª já fala em nome de todos nós, em nome do

nosso Estado, congratilando-se pelo sesquicentenário do Banco Econômico da Bahia. Sabe muito bem V. Ex^a, pelas nossas ligações com o vizinho Estado, pela rememoração histórica desse Banco que está vinculado ao processo de desenvolvimento econômico regional — Banco criado pelo saudoso e eminente Professor da Escola Politécnica da Bahia, Miguel Calmon, homem excepcional, primeiro Miguel Calmon que foi Ministro da Agricultura, que prestou relevantes serviços ao País como Ministro do Estado. É realmente a mais antiga instituição de crédito do Brasil e com raízes profundas no desenvolvimento econômico regional, e por tudo isso representa para todos nós um ponto de apoio no crescimento do nosso Estado. De modo que, a minha solidariedade vem já precedida do discurso de V. Ex^a

O SR. LOURIVAL BAPTISTA — Muito obrigado, meu prezado amigo, Senador Passos Pôrto, pelo depoimento que dá a respeito do Banco Econômico da Bahia.

Fez, V. Ex^a muito bem em lembrar os primórdios do Banco, mencionando Miguel Calmon, ao qual se sucederam Francisco Marques de Góes Calmon, Miguel Calmon Sobrinho e, agora, Ângelo Calmon de Sá, que exerce, no momento a presidência do Banco, com rara proficiência e dinamismo.

Como há pouco salientei, a primeira agência a ser inaugurada fora da Bahia, em 1951, foi em Aracaju, e, hoje, estão funcionando 25 agências do Banco Econômico no Estado de Sergipe.

Muito grato a V. Ex^a, pelo seu valioso aparte, que ilustra o nosso pronunciamento.

Faço questão, todavia, de ressaltar o excepcional talento, a lúcida visão e conhecimento dos problemas econômico-financeiros, e a rara capacidade empreendedora de Ângelo Calmon de Sá que possibilitaram a transformação do Banco Econômico na esplêndida realidade de hoje, quando completou 150 anos a serviço do Brasil.

Desejaria, além disso, felicitá-lo e, por seu intermédio, congratular-me com a sua eficiente equipe de diretores, técnicos e funcionários, dentre os quais — na impossibilidade material de mencioná-los individualmente — tenho a satisfação de referir-me aos doutores Pâmphilo Freire de Carvalho, Francisco de Sá Júnior, Alberto Martins Catharino, Valdemar Tourinho de Abreu, José Pedreira de Freitas, José de Sá Neto, Jayme Tarquínio Bittencourt e Carlos Benigno de C. Lyra.

Como autorizados depoimentos, de indiscutível e permanente valor pelas informações e conceitos que neles se contém, parece-me oportuno e conveniente solicitar a sua incorporação ao texto destas sucintas considerações. São os artigos publicados pela *A Tarde*, de 13 de julho passado, de autoria, respectivamente, de Luiz Viana Filho — “Três Gerações Ilustres”; de Pedro Calmon — “Góes Calmon e o Banco Econômico”; de Thales de Azevedo — “Dados de uma História que Honra a Bahia”; e “Um Patrimônio da Bahia”, de Jorge Gama Abreu, assim como uma síntese biográfica do ilustre Presidente do Banco Econômico.

Neste momento em que ressalto as excelências desta prestigiosa instituição financeira, pelo transcurso do seu sesquicentenário, não poderia ser esquecida a dimensão social de sua obra humanitária em benefício de entidades filantrópicas que têm recebido permanente e substancial apoio do Banco Econômico. Dentre estas entidades, desejo citar apenas duas: as obras sociais da Irmã Dulce, em Salvador, e a Creche Adnil da Costa Falcão, do Instituto Lourival Fontes, em Aracaju, Sergipe.

Exercendo, ao longo desses anos, com singular competência e seriedade, suas tarefas e atividades na área financeira, vem esta prestigiosa instituição consolidando o seu conceito na área econômica e merecendo a confiança de sua grande clientela e da sociedade brasileira pelos valiosos serviços que vêm prestando à causa do progresso e do desenvolvimento de nosso País.

O transcurso do sesquicentenário do Banco Econômico é um acontecimento que merece de nós entusiástico aplauso. (Muito bem! Palmas.)

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. LOURIVAL BAPTISTA EM SEU DISCURSO:

A Tarde, 13 de julho de 1984.

TRÊS GERAÇÕES ILUSTRES

Luiz Viana Filho

Pela primeira vez, no Brasil, um banco privado — o Econômico — celebra o seu sesquicentenário. A singularidade suscita indagações, a primeira das quais sobre a causa preponderante para o êxito da instituição bancária e a rara continuidade no tempo. Não tenho dúvida de que o essencial foi contar, na sua direção, sucessivamente, com três gerações igualmente dotadas de espírito público, de interesse pelo desenvolvimento da comunidade em que nasceram e a que serviram, como é o caso dos Calmons. Realmente, e isso tem sido assinalado, somos uma sociedade na qual liderança econômica ou política, dificilmente se estendem por mais de duas gerações. A própria sabedoria popular glosou o fato: pai rico, filho pobre, neto pobre. Em verdade, tem sido a regra nacional. E daí a admiração com que se assinala o exemplo dos Andradas, presentes na vida pública brasileira, desde os primórdios da independência. Ao Banco Econômico, nascido como Caixa Econômica da Bahia, e após décadas de vida difícil e medíocre dentro do atrasado sistema bancário nacional, natural herdeiro das deficiências de débil sistema de Portugal, ocorreu a ventura adquirir, em 1910, a colaboração de Francisco Marques de Góes Calmon. Dele diria Hermes Lima, nas suas *Memórias*, ser “lido e corrido”, para exprimir-lhe a competente personalidade. Não é exagero dizer-se haver sido a sorte grande, tanto os bancos brasileiros têm vivido e prosperado — fato ainda hoje corrente — graças ao apoio de um grande líder. E Calmon era um grande líder. Não apenas porque estudioso conhecedor das atividades bancárias, mas por ser dotado de acentuado amor à coisa pública. Num breve perfil que dele traçou no *Breviário da Bahia*, disse Abrânio Peixoto: “Góes Calmon depois de adquirir na advocacia e na atividade bancária a abstenção e a independência, foi governador da Bahia, restaurando as finanças da miséria, repondo a casa em ordem, honrando aos costumes públicos com os costumes privados, de grande senhor, e provendo a tudo, ao sertão como estradas e cehgando até ele, por elas e até sem elas — único governo da Bahia que isso fez, até hoje”. Fe-lo numa época em que a saúde já lhe faltava, mas à qual sobrepujara o que lhe parecia o seu dever face dos seus conterrâneos.

O espírito público estava-lhe no sangue. Vinha-lhe dos antepassados, muitos deles imortalizados nas lutas da independência, e que também encontramos no seu ilustre irmão. Miguel Calmon, ao qual deve o Brasil iniciativas pioneiras, dentre as quais assinala-se a conquista do oeste paulista ao tempo da presidência Afonso Pena, Góes Calmon tinha o sentido da comunidade. O Banco para ele não era apenas um negócio, que naturalmente buscava ser próspero, mas também instrumento posto a serviço do progresso e do desenvolvimento da sociedade em que existia, pois banco e sociedade somente poderiam crescer juntos.

Escreveu Fernando Braudel, certamente o mais ilustre historiador atual da economia, que o dinheiro ou se esconde ou circula, de acordo com as circunstâncias ou a capacidade dos que devem manejá-lo, orientando-se no sentido de fecundar empreendimentos criadores de riqueza. Góes Calmon, na Bahia, foi dos que buscaram mobilizar o dinheiro em benefício do progresso. Em certa ocasião, estando o Estado às voltas com excessiva dívida pública, que lhe sufocava úteis iniciativas, coube a Góes Calmon, então presidente do Banco Econômico, li-

derar um empréstimo para unificação e conseqüente diluição da dívida. E assim justificou a discutida participação do banco, que dirigia: “Nestas condições, dizia, não é simplesmente justificável o apoio que o Banco Econômico da Bahia dá a operação mas era do seu indeclinável dever, como instituição bancária regional, cuja prosperidade há de depender da prosperidade econômica do Estado da Bahia”.

Banqueiro ou governador do estado, Góes Calmon tinha os olhos voltados para o interesse público. Anísio Teixeira, que chamara para dirigir a Educação, quando bem poucos lhe conheciam o nome, dele deixaria esta observação: “Era baiano, não por um acidente de nascimento, mas porque absorvera, compreendera e condensara a Bahia, em tudo que lhe era particular ou específico. Sentia a Bahia, as suas necessidades, os seus interesses, as suas peculiaridades, os seus sucessos e insucessos como se sentia a si mesmo”. Por certo desnecessário dizer mais para se compreender que, à frente do Banco Econômico, Góes Calmon deu-lhe nova dimensão, integrando-o definitivamente como presença fecunda no panorama econômico e social da Bahia. A ele deveu o banco o seu primeiro grande impulso, deixando as comodidades da capital e dirigindo-se para o interior ser aí uma alavanca de progresso. Assim compreendia ele a sua missão de banqueiro. Infelizmente, a vida lhe seria breve. Não demorou, porém, para que outro Calmon, o seu filho Miguel Calmon du Pin e Almeida, lhe tomasse o lugar. Herdara-lhe igual espírito público, idêntico amor à Bahia, e assimilara novas idéias surgidas sobre a vida, a organização e o crescimento das instituições bancárias. Em verdade o filho nada ficaria a dever ao pai. Dotado de rara força de vontade, capaz de lutar com obstinação e sacrifício para o consecução de um objetivo, ampliaria o banco, continuando a caminhada para o interior, onde não pensava em buscar dinheiro, mas em levar recursos, que permitissem, inclusive ao poder público, iniciativas benéficas às comunidades. Por isso mesmo, logo se afirmaria como um líder estimado e admirado. De tal modo que a política não tardou em convocá-lo para representar a Bahia no cenário nacional. E as altas qualidades de inteligência e de caráter não demoraram em conduzi-lo ao Ministério da Fazenda, cuja estrutura modernizou inteiramente. Mas, assim como aconteceu a Góes Calmon, também o filho seria chamado para trabalhar em outros campos da vida pública. Depois de ministro seria ele grande Reitor da Universidade Federal da Bahia.

Na realidade, inclinado a servir aos interesses da sua comunidade, Miguel Calmon teve nítida idéia do que representava para a Bahia uma instituição bancária realmente baiana, e organizada para atender aos interesses baianos. Em todas as ocasiões a última coisa em que pensava era nele próprio. E pensando na Bahia, e no seu tão esquecido e carente interior, deu novos impulsos ao Banco Econômico, elevando-o à condição de uma das grandes instituições financeiras do Brasil. No fundo, apesar de incursões em setores, que também ilustrou, identificara-se inteiramente com o Banco. Este era a sua casa e a sua obra. Certa feita, ele diria aos seus auxiliares ser-lhe impossível externar-lhe “como o Banco Econômico está entranhado em mim; como vivo como penso, em cada momento, em cada instante, em dedicar-lhe todas as minhas atenções”. É que costumava entregar-se de corpo e alma, integralmente, a quanto lhe cabia realizar. E se não havia ninguém menos ambicioso diante dos interesses próprios, ninguém mais zeloso, exigente, em relação aos interesses coletivos. E assim ele refez e ampliou a obra que o pai não lograra concluir.

A vida não poupa, porém, os que não lhe dão maior importância. E Miguel Calmon era dos que lhe pareciam indiferentes. Talvez por isso, e tal como sucedera a Góes Calmon, também a ele a vida seria curta, não lhe permitindo levar a termo o que idealizara. A boa semente, entretanto, ali estava.

Contudo, ainda uma vez o destino — talvez a sabedoria dos homens — colocaria à frente do Banco Econômi-

co, liderada por Ângelo Calmon de Sá, neto de Góes Calmon, uma terceira geração de Calmons, uma terceira geração igualmente capaz e cheia de entusiasmo na continuidade do encargo e da responsabilidade que lhe toca. E o banco aí está como uma dessas árvores a que o tempo parece emprestar renovado vigor, adenando-lhes as copas, cuja sombra se alarga fazendo-as mais belas e admiradas.

De Angelo Calmon de Sá, que tive como secretário da Indústria e Comércio, e da Pasta da Fazenda, não devo perder a oportunidade para um testemunho. Tê-lo ao meu lado, no Governo da Bahia, foi dos últimos favores que devi a Miguel Calmon, que sugeriu com a habitual paixão que possuía pela coisa pública. Conheci-o, portanto, de bem perto, num trabalho comum, dia a dia, e no qual, creio poder dizê-lo, não houve outra preocupação, senão o desenvolvimento da Bahia. O traço dominante em Ângelo Calmon de Sá não é o que sabe, embora tenha aprendido muitas coisas. Nele, o traço marcante, o mais fundo, é a vontade e a capacidade de fazer. Possui a ambição de realizar, e sabe como consegui-lo. Até porque é desses que enquanto descansam carregam pedras. Ama bem mais o trabalho do que o repouso. Mas, se o banco certamente muito lhe deve no prosseguimento da expansão iniciada por Góes Calmon, e que Miguel Calmon planejava, definira, e dotara das linhas mestras da estrutura da Bahia é credor de haver o banco aqui permanecido, como, organização baiana e a serviço da comunidade baiana. Pelo menos como observador, tive parte na batalha para que o Econômico, então o único grande banco que nos restava, não tivesse o seu centro de decisão transferido para o Sul. Sei o que foi essa luta violenta, sem quartel, como são as lutas de que participam interesses financeiros. Não foi fácil evitar-se que levantassem a âncora. Para a Bahia, economicamente, seria uma calamidade, se pensarmos na injusta legislação bancária do Brasil. Ângelo Sá resistiu às tentações e às investidas. E, graças a isso, aqui temos o Econômico a festejar entre nós, na velha Salvador, o seu sesquicentenário. Século e meio a serviço da comunidade. Século e meio durante o qual, principalmente pela pertinácia e a capacidade de três ilustres gerações de Calmons, se fez sempre maior, para melhor servir a Bahia.

A Tarde, 13 de julho de 1984

GOÊS CALMON E O BANCO ECONÔMICO

Pedro Calmon

O reorganizador do Banco Econômico foi, a partir de 1910, Francisco Marques de Góes Calmon, seu corajoso presidente em 1919, realmente a alma da instituição cujo pleno desenvolvimento ocorreu em 1922, com o empréstimo famoso para a unificação da dívida interna do estado.

Nesse lançamento providencial, com que o governo do doutor Seabra procurou sanear as finanças públicas, revelou-se ele o banqueiro lúcido e lógico, e o banco a entidade plástica e eficaz que deixava de lado a rotina dos negócios para ajudar a Bahia na recuperação do crédito e na restauração do equilíbrio administrativo, comprometidos pela insolvência nos dias mais tristes desta terra.

Em duas entrevistas, dadas a 17 e 18 de outubro de 1922, ao *Diário de Notícias* e ao *Diário da Bahia* (que Mário Barbosa reuniu num folheto, em 1927, sob o título "Empréstimo de Unificação", mostrou Góes Calmon não só a lisura como a importância de sua intervenção a bem do governo de quem não era amigo. Ao contrário, embora estranho aos partidos e neutro no rude combate dos ruistas, como um dos generais da campanha o irmão, Miguel Calmon, os sentimentos pessoais o empurravam para a oposição.

Com o doutor Seabra as suas relações guardavam as impressões e a simpatia do tempo de estudante, no Recife, quando liderou o grupo exaltado de admiradores do lente, expulso da cadeira e deportado no Amazonas pela ditadura do Marechal Floriano. Fora então dos rapazes mais aguerridos e dos oradores mais eloquentes na defesa do perseguido, no desagravo da vítima, nas honras que ao regressar do exílio lhe prestaram os moços, arauto jovem dos ideais e da bravura acadêmica, em luta audaz com a tirania. Ficara-lhe, daquela época, o laço de concordância, em que se prende a ousada operação bancária. Não se lhe visse porém, a tendência ao adesismo (ou a velada ambição política), que não tinha, e solenemente afirmou ao desarmar o governador o jogo da candidatura surpreendente à sua sucessão. Porque, acuado o doutor Seabra pela derrota da "Aliança Liberal" e pelo fracasso de sua aspiração na Justiça, à Vice-Presidência da República, vaga com a morte de Urbano Santos, tentou desunir os adversários apresentando o nome do presidente do Banco Econômico. Tratava-se do mais notável causídico baiano, presidente do Instituto da Ordem dos Advogados e em cujo escritório as lides jurídicas eram finalmente suplantadas pela administração escrupulosa do banco, alguém portanto à altura de merecer a confiança e assegurar a paz na Bahia.

Impuseram-se como hábil financista ao aplauso do comércio. Suspendia a reputação no feliz êxito da carreira, absolutamente honrada a criatividade fecunda, com a seqüência da família numerosa e da solidariedade das classes produtivas, sempre dispostas a aplicar-se ao representante de suas inclinações — e ao intérprete de seus protestos. Tanto foi assim, que o feitiço virou conta o feiteiro, no momento em que o doutor Seabra retirou o apoio a Góes Calmon, preferindo em seu lugar Arlindo Leoni. Era tarde. Aglutinaram-se em torno dele as forças vivas do estado, a começar por seabristas tradicionais, do vulto de Frederico Costa.

Concentraram-se em redor dele gerações e profissões, a elite intelectual e os grupos partidários, novos e velhos, convencidos de que o homem certo era Francisco Marques de Góes Calmon. Governaria como fazia ao banco, com probidade e segurança. Seria tolerante e liberal. Da espécie rara dos dirigentes que conservam abertas as portas do palácio e mantém, permanente, o diálogo das esperanças, numa cidade tranqüila, de imprensa livre, prolongando-se na casa harmoniosa do governador o honesto e suave lar baiano, ou, se quiserem, a sua biblioteca de grande advogado submetido à lei, sensível à arte, respeitoso da opinião, fiel às origens, devoto do passado, antevendo o futuro com a inteligência e a acuidade dos profetas.

No quadriênio, de 1924 a 1928, em que governou a Bahia, satisfaz Góes Calmon as expectativas com que fora aclamado. Projeta-se nesse período fausto da política e sensatez que o distinguira.

Falem gregos e troianos. Correligionários e desafetos. Os que ocuparam as posições ou os delas decaídos. Dirão todos os que foi o governo exemplar do economista eminente, que tirou da experiência da vida impecável as inspirações para engrandecer a sua região, na linha dos maiores servidores que a ilustraram.

É um capítulo da história do velho banco o "empréstimo de unificação". Mas nela se inclui um largo trecho da existência (e da prosperidade) da Bahia.

A Tarde, 13 de julho de 1984

DADOS DE UMA HISTÓRIA QUE HONRA A BAHIA

Thales de Azevedo

A organização do Estado nacional, como corolário da independência, teve no Brasil, a começo do século XIX,

notória repercussão no domínio da economia. Um desses efeitos foi o novo ordenamento do sistema global de custeio e financiamento do comércio e do conjunto das atividades produtivas, que se materializou, alguns anos após, na legislação.

Durante o período colonial, o grande comércio de exportação e importação, principalmente o primeiro, esteve apoiado nas finanças oficiais, sobretudo por intermédio das companhias de comércio estabelecidas para sustentar as trocas dos artigos tropicais com a metrópole lusitana; tiveram papel relevante nas transações menores financiadores individuais, os conhecidos comissários de vendas das safras, as irmandades e confrarias e alguns outros agentes. A regulamentação dessas atividades, suscitada em parte pelas sobras das transações já menores das trocas internacionais do açúcar — elemento básico da economia —, trouxe a instituição de entes públicos de atuação formal e impessoal: duas ordens principais, ao que parece, surgiram então, promovidas pelo Estado nacional, os bancos em suas modalidades primária e as companhias de seguros comerciais. Se bem que tais movimentos tivessem apoios e modelos no exterior, na Inglaterra, por exemplo, eram criações nacionais do nascente Estado nacional e tinham por objetivo maior assegurar o fluxo de capitais e as garantias àquelas trocas em proveito do país. Cedo atuou nesse sentido o Banco do Brasil, instituído antes de tornar-se reino o País e de se fazer independente, por oportuna iniciativa do príncipe D. João, para amparar, além das despesas da corte trasladada de Portugal, a lavoura do café que assumiria a importância de principal economia para a Nação durante mais de um século. Um dos instrumentos desse conjunto de meios vieram a ser, mais adiante, os bancos emissores, dos quais a Bahia veio a ter importante unidade em virtude do vulto de operações que sua economia, agrícola, mas já manufatureira, justificava e exigia. E aí viria a ter participação o sistema de transportes marítimos que, poucos decênios adiante, se destacaria com sua navegação costeira, a vela e logo a vapor, ligando o Nordeste com a corte e o País ao Prata e na província permitindo a circulação da riqueza produzida pela agricultura, pela pecuária, pela indústria extrativa e fabril do Recôncavo e do sertão.

É nesse quadro que as "caixas de economia" aparecem e vêm a representar uma função relevante. E que a Bahia se destaca em virtude de sua iniciativa e de sua importância econômica, apesar do incipiente declínio do comércio açucareiro como resultante da dependência desse comércio para com o mercado internacional. Pesava ainda em tal estrutura o fumo, como pesavam ainda outros produtos que a província produzia e negociava. E sobrelevava uma categoria nova de ação, os serviços, no que se se viria a chamar de terceira área econômica: a navegação, os seguros, a mediação nas trocas por intermédio da bolsa, a "praça do comércio", e um sistema bancário elementar e privado, mas eficaz, ao lado do erário real e do recém-inaugurado Tesouro Provincial. Não se pode apreciar o complexo econômico-financeiro, de então, sem considerar o regime da escravatura e do tráfico, componentes centrais do sistema produtivo, determinando a geração de bens e movimentando determinados artigos agrícolas e manufaturados a níveis nacional e internacional.

E aí que a Caixa Econômica, germen do futuro Banco Econômico da Bahia, inicia em 1834 sua proflua atividade sob a direção e orientação de alguns dos melhores vultos do comércio, da grande agricultura, da indústria açucareira e fumageira e da política. Este esboço funda-se na história e análise e, em seus dados iniciais nos estudos de F.M. de Góes Calmon, o extraordinário homem público e governante da Bahia, a respeito do comércio baiano no primeiro decênio do século XIX, e nos tratados de história da economia brasileira e do sistema bancário por Afonso Arinos de Melo Franco, Roberto Si-

mensen, M. Pinto de Aguiar, a que trazem subsídios a História do Banco da Bahia de nossa autoria com a excelente colaboração de Edilberto Q. Vieira Lins e as pesquisas do Mário Augusto da Silva Santos, a que vem juntar-se — esclarecedores e completos — os elementos que estão, reunindo e examinando, para a história do próprio banco e a biografia de Miguel Calmon, o lúcido banqueiro e universitário, os historiadores Waldir Freitas Oliveira e José Calasans, muito bem escolhidos para essas oportunas tarefas. As obras que esses autores concluem e, não tardarão a ser apreciadas, não de concorrer decididamente para uma história, não somente econômica mas política e social, de que a Bahia terá motivos para se orgulhar.

UM PATRIMÔNIO DA BAHIA

Jorge Gama Abreu
Especial para "A Tarde"

Transcorrem os 150 anos de existência do Banco Econômico, fundado que foi em igual data do ano de 1834, doze anos após a independência do Brasil, consolidada, esta, nos campos de Cabrito e Pirajá, em 2 de julho de 1823, a data magna da Bahia. O evento, pela incontestável posição que o mais antigo estabelecimento de crédito ocupa na relação dos maiores bancos do Brasil, é de âmbito nacional, tanto assim que, para as merecidas comemorações em razão desse magno acontecimento virá a Salvador S. Ex^o o presidente João Figueiredo. Com sucursais e agências em todos os estados e territórios e, também, no exterior, sem dúvida alguma o Banco Econômico se situa, hoje, entre os maiores bancos do Brasil, prestando inestimável e valiosa colaboração ao desenvolvimento econômico da Nação, com a concessão de crédito aos que se dedicam ao comércio, indústria, lavoura e pecuária. Voltando os olhos para os longes de 1933, quando, recém-formado, ingressei no Departamento Jurídico do então Banco Econômico da Bahia, por indicação de meu saudoso amigo Francisco de Sá, primo carnal de meu sempre lembrado pai, José Abreu, que durante 73 anos, com exemplar dedicação serviu à Companhia de Seguros Aliança da Bahia, a maior seguradora da América do Sul, recordo-me que integravam o sesquicentenário estabelecimento de crédito, além do acima citado Francisco de Sá, os inesquecíveis Viriato Bitencourt Leite e Eugênio Teixeira Leal. Deles guardo uma lembrança que o tempo não fará desaparecer. Francisco de Sá, com estágio profissionalizante em uma Universidade dos Estados Unidos da América do Norte, era dotado de uma grande inteligência e, também, de um inato poder de organização. Tão logo ingressou na diretoria do Banco Econômico, modernizou seus métodos de trabalho, se servindo de gráficos de estatísticas, para saber da exata situação econômica do velho estabelecimento de crédito no semestre ainda em curso. Com o seu falecimento, seu pioneiro trabalho foi continuado por seus filhos Ângelo Calmon de Sá, José de Sá Neto e Frank Sá, todos dotados de uma brilhante inteligência e, sem dúvida alguma, figuras do mais alto galanteio no cenário bancário nacional. Ângelo Calmon de Sá, pela sua grande inteligência, comprovada em todo o seu brilhante "currículo" escolar, pela sua impressionante capacidade de trabalho, é, sem dúvida, um nome nacional, já que, com brilhantismo, exerceu, muito jovem ainda, as funções de presidente do Banco do Brasil e ministro da Indústria e Comércio, no governo do ex-presidente Ernesto Geisel. Viriato Bitencourt Leite, fruto de seu próprio esforço, já que começou a sua vida como empregado de uma alfaiataria foi, durante muitos anos, diretor-gerente do então Banco Econômico da Bahia. Pequeno de estatura, mas dotado de um grande coração, seu, em toda a sua vida, o melhor de seus esforços para o sempre crescente desenvolvimento da modelar organização bancária, a que ser-

viu durante muitos anos. Eugênio Teixeira Leal, oriundo de tradicional família baiana, formado em Direito como um dos integrantes da turma de 1910, serviu durante várias décadas, com exemplar dedicação ao seu tão querido Banco Econômico.

Dentre os inúmeros e valiosos serviços que ele prestou ao Banco Econômico é de se destacar a criação do Museu de Numismática, onde se encontram moedas de cobre, prata e ouro, cunhadas durante o período colonial, e, depois, no Império e na República, coleção essa que se inclui entre as melhores do Brasil.

O seu grande empenho em bem servir ao Banco Econômico, está sendo continuado pelo seu ilustre genro, bacharel Waldemar Tourinho de Abreu, meu estimado colega como advogado e procurador autárquico, ele do antigo IAPI e, eu, do ex-IAPC.

Em data que não me recordo, ingressou na diretoria do Banco Econômico o Engenheiro Civil Miguel Calmon du Pin Almeida Sobrinho.

Com a sua invulgar e brilhante inteligência, dotado de uma excepcional capacidade de trabalho e organização, Miguel Calmon Sobrinho, professor catedrático da Escola Politécnica da Bahia após memorável concurso, atingiu as culminâncias de Reitor da Universidade Federal da Bahia.

Ao Banco Econômico, como seu esclarecido Presidente, ao lado de seus companheiros de diretoria e do saudoso Dr. Pâmphilo Dutra Freire de Carvalho, a esse tempo Presidente da Cia. Aliança da Bahia, Miguel Calmon Sobrinho prestou valiosa e inestimáveis serviços fazendo com que o já a esse tempo centenário estabelecimento de crédito se transformasse em um dentro os maiores conglomerados financeiros do Brasil.

Todos esses saudosos dirigentes do Banco Econômico, Francisco de Sá, Viriato Bitencourt Leite, Eugênio Teixeira Leal, Pâmphilo de Carvalho e Miguel Calmon Sobrinho, continuaram, como era de se esperar, o trabalho pioneiro e gigantesco de Francisco Marques de Goes Calmon, em verdade, o esclarecido e brilhante incentivador da transformação do então Banco Econômico da Bahia em um estabelecimento de crédito de âmbito nacional. Francisco Marques de Goes Calmon, ilustre professor do então ginásio da Bahia e eminente advogado nos auditórios da Comarca da capital criou as primeiras agências do Banco Econômico nas estratégicas Cidades de São Félix e Vitória da Conquista. São Félix, a esse tempo era o centro fumageiro da Bahia, com a instalação das Fábricas Daneman e Suerdiek, e, ainda, do ponto inicial de uma estrada de ferro, que tinha, em Machado Portela o seu ponto terminal Vitória da Conquista era a maior cidade do oeste baiano, ponto convergente de um conglomerado de várias cidades, onde a pecuária e a lavoura se desenvolviam de instante a instante. Elevado às culminâncias do cargo de Governador da Bahia no quadriênio de 1924 a 1928. Goês Calmon revelou-se um grande estadista e sem contar com verbas e auxílios federais, como hoje acontece, num minguado orçamento, rasgou estradas, reformulou o ensino primário e secundário e criou a Secretaria de Educação e Saúde, para tanto contando com a inteligência e a operosidade invulgares dos saudosos Anísio Spínola Teixeira e Antônio Luiz Cavalcante de Albuquerque de Barros Barreto.

Em torno da obra gigantesca do Goês Calmon na suprema direção da Bahia tive ensejo de, como conselheiro da Ordem dos Advogados, lembrar sua atuação na cátedra, na direção do Banco Econômico, no dia em que a entidade máxima dos advogados, todos os anos, reverenciava a memória de grandes juízes e notáveis advogados.

Esse meu trabalho foi, logo após, com o título "Goês Calmon — Estadista e Advogado", mandado publicar pelo seu fiel discípulo, companheiro e amigo Eugênio Teixeira Leal, que, por assim dizer, tinha na pessoa de Goês Calmon um dos "Santos" de sua devoção.

É assim, o Banco Econômico, um verdadeiro patrimônio da Bahia, pelo incessante e gigantesco trabalho que vem fazendo em prol do desenvolvimento econômico do Brasil.

Justas e merecidas são, assim, as comemorações que, como apoio de todos os segmentos da cidade, ora se celebra pela auspiciosa passagem dos 150 anos de profícua e laboriosa existência do Banco Econômico.

FORMAÇÃO, CARGOS E MISSÕES

A Tarde, 13 de julho de 1984

Filho de Maria dos Prazeres Calmon de Sá e Francisco de Sá, o Presidente do Grupo Econômico, Ângelo Calmon de Sá, nasceu em Salvador a 1^o de novembro de 1935.

Formação acadêmica: Engenharia, Civil — Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia — Engenharia de Petróleo — Escola Politécnica da UFBA. — Administração Financeira — Escola de Administração da UFBA.

Formação profissional — Cargos atuais: Diretor-Presidente do Banco Econômico S.A. a partir de 9 de abril de 1979; membro do Conselho Monetário Nacional (representando a iniciativa privada) a partir de 18 de abril de 1979; membro do Conselho de Administração do Banco do Brasil S.A. a partir de 16 de março de 1979; Presidente da Comissão do Comércio de Cacau do Brasil — Comcauba a partir de 16 de maio de 1980; membro do Conselho Consultivo Internacional do Wells Fargo Bank, San Francisco, USA a partir de 1979; membro do Conselho Consultivo da Associação Nacional dos Bancos de Investimentos — ANBID a partir de 21 de novembro de 1980; membro do Conselho de Administração do Nordeste Química S.A. — Norquisa a partir de 23 de junho de 1980; membro do Conselho de Administração do Banco Econômico S.A. a partir de 23 de dezembro de 1977; Vice-Presidente da Associação Comercial da Bahia a partir de 1981; membro do Conselho de Administração do American Express Internacional Banking Corporation, New York, USA a partir de julho de 1982; Diretor da Associação de Exportadores Brasileiros — AEB a partir de outubro de 1982; Presidente da Associação de Bancos do Estado da Bahia a partir de 22 de março de 1983; Conselheiro da Fundação Bahiana para Estudos Econômicos e Sociais a partir de 3 de maio de 1983; membro do Conselho de Administração do Copec — Coordenação do Complexo Petroquímico de Camaçari a partir de 23 de maio de 1983.

Principais cargos ocupados e atividades exercidas: Ministro da Indústria e do Comércio de fevereiro de 1977 a março de 1979; Presidente do Banco do Brasil S.A. de março de 1974 a fevereiro de 1977; Diretor-Superintendente do Banco Econômico S.A. de março de 1972 a março de 1974; Diretor-Presidente do Banco Econômico de Investimento S.A. de setembro de 1972 a março de 1974; Presidente da Associação de Bancos do Estado da Bahia de março de 1971 a março de 1973; Diretor-Financeiro do Banco Econômico S.A. de fevereiro de 1971 a março de 1972; Secretário da Indústria e do Comércio do Estado da Bahia de março de 1967 a maio de 1970; Superintendente do Centro Indústria de Aratu — CIA, de janeiro a março 1967; Diretor da Construtora Norberto Odebrecht S.A. de 1958 a 1964; Auxiliar técnico da Construtora Norberto Odebrecht S.A. de 1956 a 1958.

Outras funções exercidas: Presidente do Conselho Curador da Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior de 1976 a 1979; Presidente do Conselho de Administração do Fundo de Incentivo à Pesquisa Técnico-Científica — FIPEC de 1976 a 1977; Presidente do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais — IBMEC 1975 a 1977; Presidente do Conselho de Administração do BRASILINVEST S.A. Investimentos Participações e Negócios de 1976 a 1977; Diretor da Federação Nacio-

nal de Bancos de 1973 a 1974; Diretor da Kuwait Pacific Finance Company Limited de 15 de maio de 1975 a 8 de fevereiro de 1977; Chairman of the Board of European Brazilian Bank Limited — Eurobraz; de 18 de junho de 1974 a 16 de maio de 1977; Membro do Comitê Executivo do Euro-Latinamerican Bank Limited — Eulabank 23 de outubro de 1974 a 8 de fevereiro de 1977; membro do Conselho de Administração do Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia — Desembanco de 16 de março de 1983.

Na condição de Ministro da Indústria e do Comércio, integrou: Conselho de Desenvolvimento Econômico (CD); Conselho Monetário Nacional (CMN); Conselho Deliberativo da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE); Conselho Deliberativo da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM); Conselho Deliberativo da Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul (SUDESUL); Conselho Deliberativo da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA).

Presidiu: Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI); Conselho de Desenvolvimento Nacional de Comércio Exterior (CONCEX); Conselho Nacional da Borracha (CNB); Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (CONMETRO); Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP); Conselho Nacional de Turismo (CNTUR); Conselho de Não-Ferrosos e de Siderurgia (CONSIDER); Comissão Executiva do Sal (CES).

Missões: Como representante do Governo Federal e do Estado da Bahia, participou, em diversos países de missões econômicas, tanto nas discussões dos acordos internacionais do cacau, do sisal, do açúcar, quanto em negociações diversas de interesse da economia brasileira; integrou a Missão Teuto-Brasileira à Mesa-Redonda e Seminários sobre investimentos Alemães no Brasil, Frankfurt, 1973; participou da reunião do Comitê Coordenador (CIAP/BID) sobre investimentos Privados na América Latina, Salvador (BA), 1974; presidiu a IV Mesa-Redonda de Investimentos Privados na América Latina, Salvador (BA), 1974; chefiou a Delegação Econômica do Governo Brasileiro ao Irã, em maio de 1975; presidiu a 2ª, a Jornada de Trabalho do 1º Seminário para investimentos Estrangeiros no Brasil, Salzburg, Áustria, em maio de 1975; chefiou a Delegação Econômica do Governo Brasileiro ao Iraque e Argélia, em maio de 1977; visita oficial ao Reino Unido, a convite do Governo inglês, em julho de 1977; chefiou a Delegação Econômica do Governo Brasileiro à Polónia em julho de 1978; chefiou a Delegação Econômica Brasileira ao Japão, em setembro de 1978; chefiou a Delegação Econômica Brasileira ao México, novembro de 1978; integrou diversas delegações do Brasil a reuniões do FMI.

Associações: Membro do Conselho Nacional de Engenharia e Arquitetura; membro do Board of Trustees da Eisenhower Exchange Fellowships, Inc., Philadelphia, PA. USA; membro do International Banker Association Inc; não grãu de fellow; membro do Group of Thirty.

DISCURSO DO DR. ÂNGELO CALMON DE SÁ

Excelentíssimo Senhor Presidente João Figueiredo, Excelentíssimo Senhor Governador João Durval Carneiro, Excelentíssimo Senhor Ministro Ernane Galvêas, Excelentíssimo Senhor Ministro Haroldo Corteia de Matos, Excelentíssimo Senhor Ministro Octávio Medeiros, Excelentíssimo Senhor Ministro Rubens Ludovig, Excelentíssimo Senhor Ministro Danilo Venturini, Excelentíssimos Senhores Senadores e Deputados, Excelentíssimos Senhores ex-Governadores Antonio Carlos Magalhães e Augusto Franco, Excelentíssimo Senhor Presi-

dente do Banco Central, Professor Afonso Celso Pastore; Excelentíssimas Autoridades. Militares e Eclesiásticas, Senhoras e Senhores.

A 13 de julho de 1934, em meio a crise de ordem econômica de que nos falam os historiadores, reuniram-se 171 cidadãos num prédio às portas do Carmo, na rua do Pelourinho, e ali fundaram a instituição cuja nova sede hoje inauguramos e cujo sesquicentenário hoje comemoramos, cercados pelo carinho e pelo respeito do povo brasileiro.

Como já se expressava o relatório do Centenário do Banco,

“...menos por vaidade do que por dever, temos que abrir o peito num largo resfolgar de satisfação para dizer a Bahia, para dizer ao Brasil, que não transigimos com o legado que nos fora testado pelos nossos predecessores.”

Hoje, vivemos momentos de alegria, justa alegria.

Dos que aqui trabalham, dos que aqui encontram amizade e apoio, dos que permanentemente nos têm ajudado a crescer, acompanhando o desenvolvimento do Brasil. Alegria que nos tem ensinado a ser otimistas e a prosseguir com o idealismo que nos rejuvenece; alegria de ter o privilégio de servir a tantas gerações de clientes e a centenas de comunidades, em todo o país — pois que é essa consciência que distingue o moderno e eficiente empresário daquele que se limita a busca do lucro improdutivo; anti-social. Alegria, afinal, de haver contado, sempre, com as generosas bênçãos de Deus, com sua inspiração e tolerância, sobretudo nos momentos de crise e nas grandes decisões, pois de outro modo esta Casa não estaria assentada com firmeza nos valores éticos que sempre marcaram sua identidade. Alegria, contudo, que não tem sido constante. Os obstáculos foram muitos e houve instantes de grave risco à continuidade do nosso funcionamento.

Acostumados aos desafios, desde a própria fundação, sempre soubemos aceitá-los e superá-los, porque sempre contamos com a dedicação integral e a competência dos nossos Diretores e dos nossos funcionários, com a compreensão e apoio das autoridades econômicas, dos nossos acionistas e com o prestígio da nossa clientela, razão maior do sucesso de agora. Somos 10 empresas financeiras, temos 886 dependências instaladas, 20.500 funcionários e 15 bilhões em despesas mensais de pessoal. Com grande orgulho, somos a instituição financeira mais antiga da América Latina, com maior orgulho ainda, somos uma empresa brasileira que jamais deixou de pagar dividendos a seus acionistas...

Hoje, vivemos momentos de saudades. Sentidas saudades.

Dos homens que foram esteios dessa organização, seus timoneiros mais notáveis, nesse memorável longo curso.

De Querino José Gomes, o grande e hábil condutor, que soube dirigir com firmeza e energia a então pequena instituição.

De João Batista Tuvo, uma expressão de dedicação e de inteligência.

De Augusto César de Souza Uzel, outro nome marcante de nossa trajetória.

De Francisco Marques de Goes Caillon, uma passagem e uma presença inextinguíveis, permanentemente assinaladas neste edifício que será nossa nova casa de trabalho e que tem o seu nome. Sua atuação favoreceu a consolidação do prestígio da instituição junto às classes produtoras e permitiu estabelecer-se as bases para o seu crescimento. O dinamismo e a reconhecida capacidade de organização de Goes Caillon foram responsáveis por uma nova fase na história do Banco, quando ocorreu a primeira expansão da sua rede de agências, voltada para o interior do Estado.

De Francisco de Sá, o comando sereno e equilibrado; em períodos notadamente difíceis, e o exemplo de trabalho legado aos seus filhos.

De Pâmphilo D'utra Freire de Carvalho, a lembrança da lealdade e da dedicação, numa admirável personalidade.

De Eugênio Teixeira Leal, a direção firme, ponderada e austera; e de Miguel Caillon Du Pin e Almeida Sobrinho, a marca indelével do administrador, do líder empresarial e do homem público, sempre sensível aos aspectos sociais da comunidade. Sob sua direção, o Banco efetivou sua segunda fase de expansão, instalando agências em outras unidades da Federação, e construindo a estrutura básica do conglomerado que somos.

Hoje, vivemos momentos de festa. Bonita festa.

Acontecimento marcante no meio financeiro e empresarial, torna-se mais significativo com a honrosa presença do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, João Figueiredo. Todos os brasileiros somos testemunhas do empenho de Vossa Excelência em devolver ao País os essenciais hábitos de convivência democrática. Este é um fato que nem os adversários políticos de Vossa Excelência poderão negar, porque saberão reconhecer o esforço e a determinação empreendidos por seu governo, em meio às dificuldades de ordem econômica. O prestígio da sua participação, Senhor Presidente, nessas comemorações sesquicentenárias, enaltece o nosso feito e homenageia o empresariado nacional pela sua constante luta em busca da sobrevivência, do lucro, do crescimento e do bem-estar da comunidade. Os nossos 150 anos bem representam o contínuo esforço da empresa privada brasileira e atestam sua capacidade e competência gerenciais, qualidades indispensáveis à sua existência.

Por isso, hoje vivemos momentos de reflexão. Necessária reflexão.

O Brasil ainda sofre os reflexos da grave crise econômica mundial que se sucedeu aos choques do Petróleo e que levou ao desemprego nos países industrializados, a queda do comércio mundial, à exacerbação das taxas de juros internacionais e, em decorrência, ao acelerado crescimento da dívida externa dos países em desenvolvimento.

Premido pelas circunstâncias da crise de confiança irrompida no mercado financeiro internacional, em meados de 1982, o Brasil viu-se obrigado a se submeter a um severo programa de ajustamento, como único caminho ao aporte de divisas, necessárias às suas transações comerciais, principalmente às importações de petróleo. País acostumado a um contínuo desenvolvimento nas últimas décadas, o Brasil passou a experimentar as agruras de uma recessão. O sacrifício da sociedade tem sido grande, em todos os seus extratos. Este sacrifício, contudo, não foi em vão.

Hoje observamos o grave problema do desequilíbrio externo devidamente equacionado, na medida em que se sucedem os superávits da balança comercial e são restabelecidas as nossas reservas cambiais.

Vemos também, um país muito menos dependente de fontes externas de energia e produtos básicos, graças a um extenso programa de substituição de importações desenvolvido a partir do primeiro choque do petróleo. Exemplos mais patentes do sucesso desse programa são o notável crescimento da nossa produção petrolífera — hoje superior a 500 mil barris/dia e, portanto, atendendo a mais de 50% do seu consumo nacional — a geração de novas fontes alternativas de energia, particularmente o álcool carburante, e o significativo desenvolvimento da área siderúrgica, invertendo a posição brasileira de grande importador a exportador de aço, representando isto uma economia de divisas, superior a três bilhões de dólares anuais.

Hoje, vivemos, portanto, momentos de esperança. Renovada esperança.

Não podemos comungar com os que tem apenas críticas a fazer, porque entendemos que todos devem partici-

par, construtivamente. De mãos dadas. Num esforço maior, conseqüente, abstraído de vaidade e de interesses pessoais. Voltados para um futuro melhor. Com fé, humildade e desprendimento. E a nossa esperança maior é que o exemplo desta organização hoje sesquicentenária, que tem aliado aos seus objetivos de lucro e crescimento continuado, um crescente papel social perante o seu corpo funcional e comunidade, possa somar-se a muitos outros, em benefício de uma nação brasileira economicamente mais forte e socialmente mais justa.

As altas autoridades aqui presentes, o nosso agradecimento fraternal, ao Presidente João Figueiredo, ao Governador João Durval, ao Ministro Ernane Galvêas, ao Ministro Délio Jardim de Mattos, ao Ministro Octávio Medeiros, ao Ministro Rubem Ludwig, ao Ministro Danilo Venturini, demonstramos o reconhecimento de todos quantos trabalham nesta Casa, pela honra em que se constituem suas presenças nesta data tão importante para nós. Destacadamente ao Ministro Haroldo Corrêa de Mattos, à Presidência da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e à sua Comissão Filatélica, não podemos deixar de registrar a nossa satisfação — a grande honra — pela emissão de um selo especial sobre o nosso sesquicentenário, iniciativa que nos coloca verdadeiramente ao nível dos mais importantes acontecimentos da história contemporânea brasileira. Aos amigos do sesquicentenário Banco Econômico e às autoridades econômicas de todas as épocas que, ao longo do tempo, aprovaram os passos que demos na direção do nosso crescimento, o continuado apreço e gratidão pelo constante apoio. E o agradecimento maior ao corpo de funcionários que, ao longo de um século e meio, nos permitiu chegar aqui. Aos fiéis acionistas, que jamais nos negaram seu apoio e aos nossos clientes, a quem vimos servindo nesses últimos 150 anos de existência e razão maior de nossa sobrevivência, muito obrigado.

DISCURSO DO GOVERNADOR JOÃO DURVAL CARNEIRO

Poucos eventos poderiam, como este que agora se realiza, reunir presenças tão representativas do que a Bahia tem de mais expressivo e dinâmico, da área governamental como da privada, de suas mais autênticas lideranças políticas, empresárias, sociais e comunitárias.

Mais ainda, o comparecimento de destacadas personalidades do empresariado brasileiro, procedentes das mais diversas regiões do país, e principalmente, a vinda à Bahia do eminente Presidente João Figueiredo, significativa também pela presença de tantos ministros da República em sua comitiva, conferem a esta festa uma real e indiscutível dimensão nacional.

Com efeito, este evento, que marca o ponto mais alto das comemorações do sesquicentenário do Banco Econômico, não é só da Bahia.

Como expressão viva e pujante de século e meio de nossa História econômica e financeira, pelo que o nosso Estado e o próprio Banco Econômico tem representado no contexto nacional, no passado e de forma sempre mais acentuada no presente. Esta festa é de todo o Brasil.

Aqui ouvimos as palavras, plenas de justificada emoção, do Presidente do Grupo Econômico, Dr. Ângelo Calmon de Sá.

Ouvimos, também o criterioso pronunciamento do Ministro Ernane Galvêas, um dos condutores da política econômico-financeira do País.

Cumpra agora que, na condição de Governador do Estado, em meu nome pessoal como no da Bahia e de todos os baianos, formule as felicitações aos seus dirigentes como a todos os seus funcionários fazendo minha também a emoção e a alegria desta festividade.

Rendo minhas homenagens, em especial, aos pioneiros, aqueles 171 comerciantes de nossa praça que, em 13 de julho de 1834, fundaram a Caixa Econômica da Bahia, criando, assim, o mas antigo estabelecimento bancário do País.

Ao fazê-lo, eles mostraram a compreensão dos problemas de sua época, mas evidenciaram, igualmente, uma nítida e consciente visão de futuro.

Tanto isto é verdade que, ao longo deste século e meio decorrido desde então, o Banco Econômico tornou-se, em todos os momentos, parte integrante da vida baiana, no seu apoio às atividades econômicas, no atendimento que sempre soube prestar aos nossos concidadãos.

E nas décadas mais recentes, soube assumir uma posição de crescente destaque em escala nacional, figurando hoje como o sétimo maior conglomerado financeiro do País.

O exemplo pioneiro de seus fundadores não se perdeu, ao longo de sua história o Econômico sempre contou com figuras excepcionais de liderança, exemplos de que o banqueiro não se dissocia do homem público, de que a atividade financeira não exclui a visão social.

O Econômico pode se orgulhar de ter cedido um de seus presidentes, o Dr. Francisco Marques de Góes Calmon, para governar o nosso Estado.

E já nesta segunda metade do século, outros dois de seus presidentes, o Professor Miguel Calmon Sobrinho e o Dr. Ângelo, para as responsabilidades de Ministro da República.

Foram justamente o Professor Miguel Calmon, com a instalação do Econômico em São Paulo e no Rio, em 1954, e o Dr. Ângelo da sua Presidência desde 1971, que conduziram o processo de expansão e modernização do Econômico.

Creio oportuno afirmar que a Bahia não tem preconceitos nem faz discriminações contra empresas e empresários de outros Estados brasileiros ou do exterior que aqui se instalam.

Nem poderia ser de outra forma, visto que a Bahia tem se empenhado em atrair novos investimentos, que venham concretizar seus empreendimentos em nosso território, colaborando para acelerar e consolidar o nosso processo de desenvolvimento econômico e social.

Mas, é também certo e natural que a Bahia e os baianos dediquem atenções especiais às empresas que se originaram da iniciativa local.

Esta é também uma das razões do destaque que conferimos ao Econômico, pelo seu passado, mas também por seu presente, como um conglomerado financeiro de envergadura nacional, hoje operando em todo o País, mas que aqui, entre nós, mantém firmadas as suas raízes.

Vale lembrar, a respeito, que no período de implantação de nosso pólo petroquímico, o Econômico foi um dos primeiros grupos privados nacionais e definir sua participação dentro do modelo tripartite.

E desde então, sob a presidência do Dr. Ângelo, com seu dinamismo e visão lúcida e realista, sua capacidade de trabalho e de liderança, tem ampliado sua participação na petroquímica, além de desenvolver projetos em outros ramos de atividades produtivas de nossa economia, no crédito imobiliário, também e diretamente na construção de moradias, na agropoecuária, evidenciando uma crescente e contínua diversificação.

E não só na Bahia, embora principalmente na Bahia, mas também em outros estados.

Nesta oportunidade em que temos o privilégio da presença entre nós do Presidente João Figueiredo, considero um elementar dever de justiça reiterar, de público, perante Vossa Excelência, Senhor Presidente, os agradecimentos da Bahia pelas atenções que têm conferido ao nosso Estado.

Dou, a esse respeito, o testemunho irrecusável de meu Governo.

Apesar da difícil conjuntura que o País vem enfrentando e em que pesem as limitações impostas pela política de contenção de gastos públicos, indispensável para conter e controlar o processo inflacionário, não tem faltado à Bahia o apoio do Governo da União.

Os recursos de que já dispõe o Estado para investir, porque ainda por demais escassos, não seriam bastantes

para viabilizar, sem o apoio federal, programas e projetos tão relevantes para o mesmo desenvolvimento sócio-econômico como o do combate à seca, o da construção da adutora de pedra do cavalo, a construção de dezenas de milhares de novas moradias para famílias de baixa renda, e tantos outros mais.

Pode estar certo Vossa Excelência, Senhor Presidente, de que, agora como no passado, pela exploração produtiva de seus recursos e potencialidades, a Bahia saberá dar resposta positiva e pronta, como de fato vem fazendo, a todo o apoio recebido e que ainda deverá receber de seu Governo.

Renovo ao Dr. Ângelo Calmon de Sá, aos seus companheiros de diretoria do Banco Econômico como a todos os seus funcionários os cumprimentos e felicitações do Governador do Estado, aos quais acrescento o meu abraço de baiano.

Muito obrigado

DISCURSO DO MINISTRO ERNANE GALVÊAS

É uma honra especial para mim, Senhor Presidente, interpretar, em nome de V. Ex^a, a nossa satisfação de estarmos reunidos hoje, aqui em Salvador, para comemorarmos o sesquicentenário do Banco Econômico, juntamente com a sua Diretoria esclarecida, que tantas vezes nos tem demonstrado seu elevado espírito público, quando se trata de cooperar em favor do interesse nacional. Nossa satisfação é maior ainda, Senhor Presidente, de reencontrarmos o Nordeste pronto a retomar o seu destino de crescimento, após as agruras de 5 anos de seca.

A sociedade brasileira, em todos os seus segmentos, atravessou um período de grandes dificuldades, nesses últimos cinco anos.

O início do Governo de Vossa Excelência coincidiu com a segunda fase da crise econômica mundial, a mais profunda e a de mais longa duração e conseqüências.

No período de 1979 a 1983, o Brasil conviveu com a pior crise econômica do século e perdeu nesse interregno, entre o segundo choque do petróleo e a alta injustificada das taxas de juros internacionais, mais de US\$ 40 bilhões de dólares.

Em termos de relação de trocas, de um índice 100 em 1978, passamos ao índice 63, em 1983. Isso significa dizer que com o mesmo volume de exportações com que o Brasil comprava 100 toneladas de importações em 1978, atualmente só compra 63 toneladas.

Essa perda interrompeu a trajetória alvissareira do nosso processo de desenvolvimento econômico que, mesmo durante a crise mundial, continuou crescendo, em média, 7% a.a., entre 1974 e 1978, 6,4% em 1979, 7,2% em 1980. Somente a partir de 1981, sete anos depois da primeira crise, é que o Brasil viria apresentar um crescimento negativo de seu Produto Nacional, privando, a partir de então, milhões de brasileiros das oportunidades de trabalho. O retrato dessa crise pode ser sintetizado na produção da indústria automobilística, que de uma média anual de 1.120 mil veículos produzidos de 1978 a 1980, caiu para uma média anual de 845 mil de 1981 a 1983.

A História vai mostrar esses números negativos, como pano de fundo, quando chegar o momento de avaliar o extraordinário esforço desenvolvido pelo atual Governo para manter o País em ordem, para consolidar a democracia e assegurar a estabilidade política e social, ao mesmo tempo em que realizava o processo de ajustamento do balanço de pagamentos e a construção dos meios necessários a preservar a economia brasileira de maiores dificuldades e sacrifícios.

A História vai registrar, também, que, nesse período, de 1979 a 1983, foi concluída a instalação de uma capacidade geradora de energia elétrica da ordem de 15.350 MW, com previsão para concluir 3.086 MW adicionais,

até 1985. Nestes últimos cinco anos, a produção nacional de petróleo se elevou de 166 mil barris/dia para 340 mil barris, em média, atingindo hoje, em meados de 1984, 500 mil barris, ao mesmo tempo em que a produção de álcool crescia o equivalente a 72 mil barris diários. Nesse mesmo período, a capacidade produtiva da indústria siderúrgica aumentou de 12,5 milhões de toneladas para 17,4 milhões de toneladas; 27,4 mil km de estradas pavimentadas foram adicionados à malha rodoviária nacional; foram construídas 2.195 mil habitações através do Sistema Nacional de Habitação e 1.145 cidades e distritos foram atendidos com serviços adequados de água e saneamento.

A idade média do brasileiro aumentou de 59,1 para 65,0 anos e o índice de mortalidade infantil descreceu de 91,50 por mil para 87,3 por mil, nos últimos 5 (cinco) anos. Simultaneamente, o número de brasileiros cursando as escolas de 1º e 2º graus se elevou de 23.992 mil para 26.718 mil, aumentando a frequência das Universidades de 1.222 para 1.632 mil estudantes.

O Programa FINSOCIAL, criado em 1983 com o objetivo de acelerar as conquistas sociais, investiu, no ano passado, o total de Cr\$ 484,4 bilhões, destacando-se o apoio dado aos pequenos produtores com Cr\$ 192,1 bilhões (40% do total), ao programa de nutrição, com Cr\$ 110,8 bilhões (23%) e ao de saúde, com Cr\$ 91 bilhões (19%).

Para o exercício de 1984, foram alocados ao FINSOCIAL Cr\$ 1,1 trilhão, com destinação de recursos para essas mesmas finalidades e, substancialmente, para o atendimento de programas sociais nas áreas nordestinas da seca.

Em 1983, o Governo Federal transferiu Cr\$ 2,6 trilhões do Orçamento da União para o Orçamento Monetário, a fim de amparar programas de interesse nacional, nas áreas agrícola, de exportação, PROÁLCOOL e cobertura dos déficits em moeda estrangeira das empresas estatais. Este ano, para os mesmos programas, serão transferidos Cr\$ 5,8 trilhões.

A agricultura brasileira, apesar de todas as adversidades da seca e das inundações, aumentou a produção de grãos de 36 milhões de toneladas para 46 milhões de toneladas, nos últimos 5 anos.

As exportações brasileiras aumentaram de US\$ 12.659 milhões, em 1978, para US\$ 21.899 milhões, em 1983, a despeito da queda de 13,4% verificada em 1982, e deverão elevar-se a cerca de US\$ 24,5 bilhões, no corrente ano.

O esforço de ajustamento da economia brasileira e a redução da dependência externa está patenteado na geração de superávit comercial de cerca de 6,5 milhões de dólares, em 1983, e na perspectiva de um saldo de mais de US\$ 10 bilhões, no corrente exercício, enquanto os gastos com importações de petróleo bruto se reduziram de 1.020 mil barris/dia, em 1975, para 729 mil barris/dia, em 1983, e uma estimativa de 613 mil barris/dia, em 1984.

Ainda persiste na área internacional peso dos juros da dívida externa, e o seu nível excessivo, o que dificulta substancialmente o andamento do nosso processo de ajustamento. A confiança e o prestígio que o Brasil desfruta no exterior, atualmente, nos permitiram reescalonar a nossa dívida, inclusive com recursos novos para cobrir a maior parte dos juros, a nove anos de prazo e cinco anos de carência, com custos financeiros menores que os de quaisquer outros países, no mesmo período.

No campo da energia, nossa dependência de abastecimento externo reduziu-se drasticamente. E nossos problemas na área externa, se ainda não estão inteiramente resolvidos, estão adequadamente equacionados.

Basta atentar para os seguintes números que dão a medida da necessidade de captação de recursos no exterior: em 1982, o déficit em transações correntes do balanço de

pagamentos do Brasil chegou a US\$ 14,8 bilhões. Em 1983, caiu para US\$ 6,2 bilhões, ou seja, menos de 40%. Em 1984, ficará, provavelmente, em torno de Cr\$ 5 bilhões e em 1985, de Cr\$ 4 bilhões. É evidente que a economia brasileira está saindo da crise, fortalecida em sua infra-estrutura básica e com uma dependência muito menor às fontes externas de financiamento.

Finalmente, é de se creditar ao Governo do Presidente Figueiredo a consistência com que foram executadas, nestes cinco anos, alguns objetivos básicos anunciados, em 1979, nas Diretrizes de seu Programa de Governo:

1 — O aperfeiçoamento das instituições democráticas abre caminho para nova etapa de nossa convivência e completou-se com medidas de estímulo à liberdade de iniciativa das empresas e indivíduos;

2 — Em meio a todos os percalços e vicissitudes, o Governo está buscando assegurar, na área social, as condições para que os brasileiros realizem suas justas aspirações concernentes à saúde e bem-estar, à moradia e às oportunidades de trabalho.

3 — A abertura política foi realizada simultaneamente ao equacionamento de uma crescente diminuição da tutela do Estado sobre a vida econômica e sobre as relações políticas entre a União e as Unidades da Federação;

4 — O sistema de preços e o crédito rural destacaram a prioridade conferida ao setor agropecuário, garantindo-lhe incentivos e preços remuneradores, ao mesmo tempo em que o Estado reduzia sua ingerência na comercialização dos produtos;

5 — A administração federal, como prometido pelo Presidente Figueiredo, reduziu substancialmente o déficit público, em termos reais, consolidando a necessária disciplina para assegurar prioridade às obras públicas essenciais, dentro das limitações dos recursos disponíveis.

O déficit operacional real do Governo Central, excluindo as empresas estatais, caiu de 2% do PIB para um superávit residual de 0,07%, em 1983, estando estimado um superávit de 0,8%, em 1984.

Essas realizações resistem inteiramente às críticas dos que, por desinformação ou por razões mal confessadas, não quiseram enxergar as realizações desses cinco anos de Governo, em meio às tormentas da crise mundial.

Os fatos e a História, entretanto, hão de falar mais alto que as incompreensões.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Senador Almir Pinto, por cessão do Senador Jorge Kalume.

O SR. ALMIR PINTO PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jorge Kalume, para uma breve comunicação.

O SR. JORGE KALUME (PDS — AC. Para uma comunicação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores. A Região Amazônica, em que pese o seu desenvolvimento sócio-econômico ainda depende muito o seu bem-estar do extrativismo gumífero. Daí o nosso carinho por essa atividade, até que um dia, com o avanço da tecnologia, da ciência possamos sair do extrativismo para o racional. Mas, enquanto perdurar essa riqueza que pesa nos gráficos de exportação da grande área, eu estarei sempre, aqui na tribuna, para defender esse produto "rei", ou "rainha", ou "esmeralda da Amazônia" que sói ser a borracha.

Agora, diante dos apelos feitos pelas Bancadas da Amazônia, e especialmente do Acre, e eu me insiro entre aqueles que fizeram apelo pela melhoria do preço da borracha, a fim de que acompanhe, pelo menos, parte da inflação, o Sr. Ministro da Indústria e do Comércio acaba

de nos comunicar o atendimento desses reclamos. Eu lerei, o telegrama que o Sr. José Cezário Menezes de Barros, muito digno Superintendente da SUDHEVEA acaba de enviar-me, secundando a comunicação do Sr. Ministro da Indústria e do Comércio.

Diz o Sr. Superintendente, Dr. Cezário de Menezes de Barros:

Da: SUDHEVEA
Para: Exmo. Sr.
Senador Jorge Kalume
Senado Federal — BSB DF

Apraz-me comunicar Vossa Excelência que o excelentíssimo senhor Ministro da Indústria e do Comércio, atendendo exposição da SUDHEVEA, fixou "ad referendum" do Conselho Nacional da Borracha em Cr\$ 2.530,18 e Cr\$ 3.036,21, por quilograma, respectivamente, os preços básicos e reguladores da borracha natural acre fina primeiro grupo, unidade máxima 20% (vinte por cento), mantidos os ágios e deságios para os demais tipos, devendo os novos preços entrar em vigor a partir do dia 03-08-84. Comunico, outrossim, que o preço de comercialização da borracha natural nacional CEB-2, GEB-2 e FFB-3, foi fixado em Cr\$ 5.676,40, por quilograma.

SDS José Cezário Menezes de Barros — superintendente SUDHEVEA
Do Sr. Ministro, também passo a ler o telegrama:

Exmo. Sr.
Senador Jorge Kalume
Senado Federal
Brasília — DF

Pediu-me Sr. Ministro que informasse a V. Exª que, atendendo proposta SUDHEVEA, fixou "ad referendum" do Conselho Nacional Borracha, em Cr\$ 2.530,18 e Cr\$ 3.036,21 por Kg, respectivamente, preços básicos e reguladores da borracha natural acre fina 1º grupo unidade máxima 20%, mantidos ágios e deságios para demais tipos, devendo novos preços entrarem em vigor no dia 3-8-84. Também o preço da comercialização de borracha natural nacional CB-2 e GEB-2 e FFB-3 foi fixado em Cr\$ 5.676,49 por kg.

Cordialmente, Luiz Vasconcelos, Chefe Gabinete Ministro Indústria e Comércio.

— Desta tribuna, Sr. Presidente, quero agradecer ao Sr. Ministro da Indústria e do Comércio e ao Sr. Superintendente Cezário por terem aquiescido aos nossos reclamos. Quero, também, ao ensejo desta leitura, me congratular com todos os heróicos produtores, quer seringueiros, quer seringalistas que têm contribuído para a grandeza daquela Região.

Tenho dito muitas vezes — o pensamento é nosso — que o seringueiro arrisca a vida e o trabalho e o seringalista arrisca o capital e a vida. Muito obrigado a V. Exª (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Carneiro que falará como Líder.

O SR. NELSON CARNEIRO (PTB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Foi com surpresa que todos os Estados e todos os municípios que possuem petróleo na sua orla marítima receberam a notícia do veto presidencial ao projeto do Congresso Nacional, assegurando uma percentagem remuneratória àquelas entidades. Surpreendente, Sr. Presidente, porque nas razões de veto apresentadas nada existe que possa convencer o Congresso Nacional a mantê-lo. Estou certo de que quando V. Exª fixar a data da votação desse veto, se mobilizarão não só os Estados produtores de petróleo na orla submarina, mas também todos aque-

les que acompanham o esforço e o sacrifício desses Estados e hoje se rejubilam porque a Nação, graças à contribuição do petróleo retirado da orla marítima, já produz 500 mil barris diários. Pois, exatamente na hora em que a Nação se rejubila com a circunstância de já haver conquistado ao menos a metade do petróleo de que necessita, os Estados e municípios produtores são punidos com o veto do Senhor Presidente da República, certamente mal inspirado pelos que acreditam serem os intérpretes do interesse nacional. É sabido que o General Oziel de Almeida, em longa exposição de numerosas páginas, se opunha à sanção presidencial. Mas nós todos confiávamos em que o Senhor Presidente da República vencesse essa resistência e, afinal, atendesse ao apelo generalizado e unânime do Congresso Nacional, que era também o sentimento generalizado da Nação.

Neste momento, Sr. Presidente, desejo trazer o meu apelo a todos os parlamentares, acima de Partido, já que este não é um problema que interfira com este ou aquele Partido, mas diz respeito a numerosos Estados da Federação, não só aos que já produzem, mas a todos os outros que Deus permitirá um dia também produzam petróleo, um apelo para que todos compareçam à sessão do plenário, e, ali, a descoberto, diante da Nação, sem nenhuma desatenção ao ato do Senhor Presidente da República, rejeitem o veto numa manifestação de apoio a esses que lavram, com o suor dos seus rostos, os caminhos do nosso progresso e do nosso desenvolvimento. Não basta cantar loas aos 500 mil barris diários, que se anunciam, 600 mil barris diários, ainda em 1984. É preciso prestigiar aqueles Estados e municípios aos quais Deus cedeu a providência de possuírem na sua orla marítima, o óleo tão ambicionado e tão necessário ao desenvolvimento e ao progresso do País.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao eminente Senador Mário Maia, para uma breve comunicação.

O SR. MÁRIO MAIA (PMDB — AC. Para uma comunicação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Nesse recesso parlamentar de julho, estivemos percorrendo o nosso Estado. Na parte leste acreana, desde a fronteira sul até a fronteira norte, o que significa dizer que fomos até o Município de Assis Brasil, no ponto em que o Estado se confronta com as duas fronteiras dos países línieras, Peru e Bolívia. E depois ao norte do Estado, no ponto que nós chamamos, na região, de "Extrema", que faz limite com o vizinho Estado de Rondônia.

Ao percorrer essa região, tivemos contato com as populações rurais ao longo das estradas vicinais que partem da grande estrada-mestra que será a futura BR-364, no trecho até Rio Branco, e a BR-317, a partir do Rio Branco até as fronteiras com o Peru e a Bolívia.

Na oportunidade, Sr. Presidente, visitamos vários projetos de assentamento. O Projeto Quixadá, em Brasília; Projeto Padre Peixoto, em Rio Branco; Projeto Humaitá, também em Rio Branco e outros projetos de assentamentos mais antigos, como são os projetos das proximidades de Xapuri, mormente o chamado Porvir Novo, que é resultante do desapropriação de um serigual nas cercanias da cidade de Xapuri, terra natal do nosso ilustre Senador Jorge Kalume.

Sr. Presidente, verificamos em Xapuri, confrontando-se com este projeto de assentamento, o chamado Porvir Novo, uma situação anômala de conflitos entre posseiros e proprietários rurais. Enquanto que há paz do lado direito do rio, nesse projeto de assentamento chamado Porvir Novo, seringal que fora desapropriado tempos atrás, exatamente em decorrência de conflitos entre os proprietários e os posseiros, de outro lado o mesmo não ocorre. Uma vez desapropriado, o seringal, as glebas foram distribuídas entre os que o habitavam, verificamos, hoje, que essa região é uma região que pode ser tomada

até como paradigma de colonização no Estado do Acre, uma vez que nessa área estão localizadas cerca de 600 famílias, que eram posseiras e passaram a ser parceiras, proprietárias de suas glebas que variam, em média, de 60 a 170 hectares.

Nessa área, Sr. Presidente, a distribuição, feita de uma maneira racional, mostrou que quando isso acontece não só a produção se torna racional e efetiva, como os conflitos também desaparecem. Nessa região nós verificamos que essas 600 famílias são possuidoras de aproximadamente 8.000 cabeças de gado, além de cultivarem a terra para a lavoura de sustentação, a lavoura branca, baseada no milho, no arroz, no feijão e na mandioca.

Do outro lado do rio, confrontando com essa área microgeográfica sócio-econômica, pela margem esquerda do rio Acre, encontra-se uma fazenda que é atualmente resultante da compra de alguns seringais — parece-me que do Seringal de Santa Fé e de outro cujos nomes não me lembro, no momento — mas a fazenda é conhecida atualmente como Fazenda Bordon. Os proprietários dessa Fazenda Bordon moram em São Paulo, ao contrário dos proprietários das pequenas glebas que existem do lado do Porvir Novo. Pois bem, nesta área, cujo proprietário é a família Bordon, também numa outra área restrita aonde fizeram o desmatamento, passaram a fazer a criação de gado e que, segundo informações que tive, a Bordon teria cerca de 5 a 6 mil cabeças de gado. Vejam, Srs. Senadores, que daí podemos ver a distribuição econômica da riqueza em relação à distribuição da terra: enquanto de um lado 600 famílias possuem cerca de 8 mil cabeças de gado, do lado oposto uma família possui 6 mil cabeças de gado, numa área considerada muito grande. Esta área está conflituada, está conflagrada porque existem — e não houve desapropriação — os posseiros em número de mais de cem ocupando a área e os proprietários agora estão procedendo nesta época — como é comum, no final de julho e começo de agosto — os desmatamentos indiscriminados de grandes áreas, atingindo as castanheiras e as seringueiras que são ainda os elementos básicos da riqueza da Amazônia, posto que, como acabou de acentuar, há poucos instantes, em seu discurso, o nobre Senador Jorge Kalume, a riqueza do Acre ainda é fundamentalmente assentada no extrativismo da borracha e complementarmente na coleta da castanha-do-pará, hoje chamada castanha-do-brasil.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, com a deliberação dos proprietários de fazerem grandes derrubadas de vários hectares, essas derrubadas estão atingindo várias colocações de seringais, dizimando as seringueiras, e expulsando através da derrubada e do fogo os posseiros dessas áreas. Como são mais de cem, eles se levantaram e, numa atitude coletiva, protestaram contra as derrubadas e impediram, por uma atitude de concentração humana coletiva, que as derrubadas se processassem, continuassem. Isto resultou, então, num conflito entre os proprietários, os capatazes, os gerentes, os posseiros com a ameaça de conflagração e perdas de vida de ambas as partes.

Recentemente, foi dado uma liminar pelo juiz da comarca para que procedessem as derrubadas. Mas, novamente os posseiros se reuniram e, juntamente com as autoridades locais, por intermédio da interferência de S. Ex^a o Sr. Governador, o Secretário de Segurança, e o próprio juiz, a liminar foi suspensa e a derrubada está interrompida.

Nós consideramos que esta gleba está irremediavelmente conflituada e só uma solução, Sr. Presidente: é a desapropriação desta área. Para isso, várias entidades representativas da sociedade local se dirigiram às autoridades federais, especialmente o Sr. Ministro Especial para Assuntos Fundiários, Danilo Venturini, para que tomasse as providências imediatas e emergenciais para a desapropriação. Nós também fomos signatários de um telex a S. Ex^a para que, dentro do mais breve tempo possível, tomasse as providências para a desapropriação da área. É isto que estou fazendo, neste momento, reiterando ao

Ministro Danilo Venturini e ao Sr. Paulo Yokota, para que tomem as providências enérgicas, urgentes e de emergência para desapropriar imediatamente o Seringal Bordon e estabelecer lá um projeto de assentamento com os seringueiros que moram e são posseiros nesta área. Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Sobre a mesa, requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1^o Secretário.

E lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 156, DE 1984

Tendo sido designado pelo Senhor Presidente da República para participar, como Observador Parlamentar, da Conferência Internacional sobre População, a ser realizada na Cidade do México, no período de 6 a 14 de agosto de 1984, solicito, nos termos do disposto nos arts. 36, § 2^o, da Constituição e 44 do Regimento Interno, autorização para aceitar essa missão.

Sala das Sessões, 3 de agosto de 1984. — **Marcondes Gadelha.**

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — O requerimento que vem de ser lido será remetido à Comissão de Relações Exteriores, devendo ser apreciado após a Ordem do Dia nos termos regimentais.

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Altevir Leal — Raimundo Parente — Claudionor Roriz — Galvão Modesto — Alexandre Costa — João Castelo — José Sarney — Moacyr Duarte — Martins Filho — Cid Sampaio — Guilherme Palmeira — Alfredo Campos — Jaison Barreto — Jorge Bornhausen — Le-noir Vargas.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Está finda a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA

Não há quorum em plenário para deliberação.

Em consequência, as matérias da pauta, itens 1 a 5, constituídas dos Projetos de Lei da Câmara nºs 5/81, 10/81, 44/81, 53/77 e 65/79; Requerimentos nºs 784/83 e 104/84; Projetos de Lei da Câmara nº 79/79, todos em fase de votação, deixam de ser submetidos a votos, ficando sua apreciação adiada para próxima sessão ordinária.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Nos termos do art. 90, § 1^o do Regimento Interno, concedo a palavra ao nobre Senador Jorge Kalume, para emitir parecer sobre o requerimento lido na Hora do Expediente.

O SR. JORGE KALUME (PDS — AC. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Veio à Comissão de Relações Exteriores, em caráter de urgência, um pedido para se ausentar do País do ilustre Senador Marcondes Gadelha, a convite do Senhor Presidente da República, para representar, juntamente com outros ilustres brasileiros, o nosso País na Conferência Internacional sobre População, a se realizar na cidade do México, no período de 6 a 14 de agosto de 1984.

Sr. Presidente, esta Comissão sente-se honrada em opinar favoravelmente a este pedido.

Era o que eu tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — A votação do requerimento fica adiada, por falta de quorum.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Carneiro.

O SR. NELSON CARNEIRO (PTB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Em dezesseis de maio último submeti à apreciação desta Casa o Projeto de Lei do Senado nº 70, de 1984, que introduz alterações na Lei nº 5.969, de 1973, que instituiu o PROAGRO, permitindo o seguro para cobrir as importâncias despendidas no plantio de alimentos na parte correspondente aos recursos próprios.

Foi com grande satisfação que, lendo ontem nos jornais a decisão do Conselho Monetário Nacional, que manda assegurar a cobertura de seguro das importâncias correspondentes aos recursos próprios, dando assim, com antecedência, aplicação àquilo que busquei garantir através do referido Projeto de Lei.

Diante desta providência cabe-me felicitar os membros do Conselho Monetário Nacional que deram ouvidos aos inúmeros apelos do meio rural e já agora através da palavra do ilustre Ministro Nestor Jost. Ao mesmo tempo, encareço ao nosso ilustre colega, Senador Hélio Gueiros, que conceda ao projeto, como Relator na Comissão de Justiça, andamento rápido para que essa providência governamental se torne uma realidade permanente e não dependa dessa ou daquela autoridade ocasional.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Senador Gastão Müller.

O SR. GASTÃO MÜLLER (PMDB — MT. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Todos os anos tenho o prazer, e por que não dizer, um certo orgulho de assinalar a passagem do aniversário de nascimento e também de falecimento de um dos mais notáveis políticos do Brasil, nestes últimos anos. Trata-se, Sr. Presidente, Srs. Senadores, da figura máscula, de um líder nato e incontestado que foi o Senador Filinto Müller.

Nascido em Cuiabá, filho do casal Júlio e D. Rita Teófila Corrêa da Costa Müller, o nosso homenageado após estudar todos os preparatórios na sua cidade natal, seguiu para o Rio, onde ingressou na Escola Militar, sendo brilhante aluno, primeiro da turma e da "Arma de Artilharia".

Pouco tempo, o Senador Filinto Müller, esteve atuando na profissão de artilheiro do Exército Brasileiro. Envolveu-se com a política, fazendo parte dos chamados "Tenentes", da década de 20 que de Revolução a Revolução chegaram ao Poder em 1930.

A vida do Senador Filinto Müller é um rosário de lutas, de sofrimentos, de prisões, de exílio, enfim, de um idealista a serviço do Brasil.

Contestado por muitos, odiado por alguns, amado e admitido por milhares, o Senador Filinto Müller, tornou-se o bode expiatório de todos os erros, violências ou coisa que o valha do período Vargas. Embora pareça incrível, o Senador Filinto Müller encarna a ditadura Vargas. As glórias, o "pai dos pobres" e outros adjetivos afetuosos são registrados a favor do Ditador, mas, um seu colaborador, cumpridor de ordens, é a fera, é o carasco, etc.

Nós, mato-grossenses e cuiabanos, Sr. Presidente, Srs. Senadores, somos na sua grande maioria fanáticos admiradores do saudoso Senador Filinto Müller, como amigo, como político, como protetor de dezenas de jovens a quem ajudou a estudar no Rio, pelas demonstrações de apreço e fanática luta na área administrativa por tudo que pudesse beneficiar a sua terra e a sua gente.

Como todos os anos, Sr. Presidente, Srs. Senadores, lembro a efeméride, ou seja, a data de 11 de julho, para homenagear a figura insigne de um dos mais notáveis cidadãos de Mato Grosso e do Brasil, dos últimos tempos.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Senador Alfredo Campos.

O SR. ALFREDO CAMPOS (PMDB — MG. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Venho hoje a esta tribuna do Senado Federal, após o recesso do mês de julho, para lamentar um fato que entristeceu profundamente a população da operosa Cidade de Contagem e municípios vizinhos, principalmente Belo Horizonte, a capital do meu Estado. Trata-se Senhor Presidente e Senhores Senadores, do passamento do Sr. Gil Diniz Junior, ocorrido no dia 28 próximo passado. Gil Diniz, como era conhecido, além de deixar viúva, D. Carmelita Drummond Guimarães Diniz, deixou também 10 filhos a saber:

- 1 — Dirce Imaculada Drummond Diniz Rocha, casada com José Armando da Rocha;
- 2 — Geraldo Henrique Drummond Diniz;
- 3 — Gilca Imaculada Drummond Diniz Malaco Moreira, casada com Marco Malaco Moreira;
- 4 — Antônio Drummond Diniz;
- 5 — Lúcia de Fátima Drummond Diniz Lopes, casada com Carlos Alberto Lopes;
- 6 — Gil José Drummond Diniz;
- 7 — Fernando Drummond Diniz;
- 8 — Daisi do Carmo Drummond Diniz;
- 9 — Luiz Carlos Drummond Diniz;
- 10 — Gil Alvarenga Diniz.

Patriarca exemplar dessa numerosa prole, Gil Diniz também deixou inúmeros amigos, correligionários e admiradores, sendo que foi, além de funcionário público em Betim e Contagem, Vereador e Prefeito nessa última cidade.

Conheci Gil Diniz, Senhor Presidente e Senhores Senadores, quando fui diretor da Fundação de Ensino de Contagem — FUNEC. Tratava-se, em resumo, de um homem de bem. Trabalhador, empreendedor e profundamente comprometido com o ideal que marcou sua vida: servir ao próximo. Fundador e construtor de várias escolas e postos de saúde no município que dirigiu, Gil Diniz recebeu, no seu velório, no prédio da Prefeitura Municipal de Contagem, que ele construiu, a prova de que sua existência não foi em vão e de que deixava nesta vida inúmeros amigos a pranteá-lo.

Gil Diniz tinha, na vida, duas grandes paixões: a política e a música. Na primeira, conseguiu vários triunfos sendo que o maior, como ele mesmo gostava de lembrar, foi quando dirigiu o movimento pró-emancipação de Contagem, vitorioso em 28-12-1948. Na música, fundou e dirigiu a Banda de Música Santa Cecília, integrada por seus familiares.

Cidadão prestante, querido, bravo e trabalhador, Gil Diniz deixou como legado à sua terra, para seu sucessor na política de Contagem — uma das principais cidades do meu estado — seu filho Gil José Drummond Diniz, o Vereador do PMDB, Gil Diniz, que do pai herdou o nome, o gosto pela política, a vontade de servir, o ideal de lutar.

Senhor Presidente, Senhores Senadores:

Como representante de Minas Gerais no Senado Federal é meu dever comunicar à Nação brasileira quando meu Estado cresce, quando o meu Estado diminui, quando Minas se alegra e quando Minas sofre e chora. Hoje, infelizmente, o meu Estado está diminuído com a morte de um filho que sempre lutou por ele. Sofre e chora o povo de Contagem. E Minas Gerais, por seu representante na Federação, também chora a morte de Gil Diniz Júnior. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar a presente

sessão, designando para a sessão ordinária da próxima segunda-feira, a seguinte

ORDEM DO DIA

1

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 1981 (nº 3.035/80, na Casa de origem), alterando o art. 1º da Lei nº 6.226, de 14 de julho de 1975, que dispõe sobre a contagem recíproca de tempo de Serviço Público Federal e de atividade privada, para efeito de aposentadoria, e dá outras providências, tendo

PARECERES FAVORÁVEIS, sob nºs 971 e 972, de 1981, das Comissões:

- de Segurança Nacional; e
- de Finanças.

2

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 1981 (nº 1.529/79, na Casa de origem), que dispõe sobre a aposentadoria, com proventos integrais, dos ex-combatentes segurados da Previdência Social, tendo

PARECERES FAVORÁVEIS, sob nºs 354 e 355, de 1981, das Comissões:

- de Legislação Social; e
- de Finanças.

3

Votação, em turno único, do projeto de Lei da Câmara nº 44, de 1981 (nº 587/79, na Casa de origem), que veda aos veículos de comunicação de massa (rádio, televisão, cinema, jornais, revistas, cartazes, anuários ou qualquer outro tipo de publicação) aceitar a autorização ou a veiculação de anúncios e de comerciais que não sejam negociados, produzidos, criados, filmados, gravados, copiados — imagem e som — por profissionais e empresas brasileiras, tendo

PARECERES, sob nºs 186 e 187, de 1983, das Comissões:

- de Economia, favorável, com voto vencido dos Senadores Bernardino Viana, José Lins e Lenoir Vargas; e
- de Finanças, favorável.

4

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 53, de 1977 (nº 227/75, na Casa de origem), que dispõe sobre condições a observar na renovação de contratos de atletas profissionais, e dá outras providências, tendo

PARECERES FAVORÁVEIS, sob nºs 1.360 e 1.361, de 1981, das Comissões:

- de Legislação Social; e
- de Educação e Cultura.

5

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 65, de 1979 (nº 4.257/77, na Casa de origem), que autoriza a alienação de imóveis residenciais da Rede Ferroviária Federal a seus ocupantes, tendo

PARECERES, sob nºs 335 e 336, de 1980 e 635 a 637, de 1981, das Comissões:

- de Transportes, Comunicação e Obras Públicas, 1º pronunciamento: contrário; 2º pronunciamento: favorável ao Projeto e à Emenda de Plenário;
- de Finanças, 1º pronunciamento: favorável; 2º pronunciamento: favorável à Emenda de Plenário; e
- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade do Projeto e da Emenda de Plenário.

6

Votação, em turno único, do Requerimento nº 784, de 1983, de autoria do Senador Henrique Santillo, solicitando, nos termos dos arts. 75, c, 76 e 77, do Regimento Interno, a criação de uma comissão especial mista, composta de 11 (onze) Senadores e 11 (onze) Deputados, para, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, com a colaboração das entidades mais representativas da sociedade civil, discutir e apresentar soluções para a crise econômico-financeira do País.

(Dependendo de Parecer da Comissão de Economia)

7

Votação, em turno único, do Requerimento nº 104, de 1984, dos Senadores Nelson Carneiro e Humberto Lucena, solicitando, nos termos do art. 371, c, do Regimento Interno, urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 290, de 1983, de autoria do Senador Nelson Carneiro, que revoga a Lei nº 7.138, de 7 de novembro de 1983.

8

Votação, em turno único, do Requerimento nº 153, de 1984, do Senador Nelson Carneiro, solicitando, nos termos do art. 371, c, do Regimento Interno, urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 70, de 1984, de sua autoria, que introduz modificações na Lei nº 5.969, de 11 de dezembro de 1973, que instituiu o PROAGRO, com vistas a possibilitar a cobertura de riscos agropecuários nos investimentos não financiados.

9

Votação, em turno único (apreciação preliminar da juridicidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 1979 (nº 1.511/75, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo ao art. 5º da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, que dispõe sobre a Lei Orgânica da Previdência Social, alterada pela Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973, tendo

PARECERES, sob nºs 692 e 693, de 1982, das Comissões:

— de **Legislação Social**, favorável, nos termos de Substitutivo que apresenta; e

— de **Constituição e Justiça**, pela injuridicidade do Projeto e do substitutivo da Comissão de Legislação Social, com voto vencido, em separado, do Senador Franco Montoro.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 10 minutos.)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA NA SESSÃO DE 29-8-84 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA (PMDB — ES. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, nobres Srs. Senadores:

A crônica acidentada do processo de abertura, no Brasil, registra agora mais um episódio de forte impacto sobre toda a nação brasileira. A retirada, pelo Senhor Presidente da República, de sua proposta de emenda constitucional, no dia de sua votação pelo Congresso, surpreendeu pelo insólito e pela absoluta ausência de precedentes específicos na história recente do parlamento brasileiro. Mas não representou o imprevisível para as Oposições brasileiras, acostumadas que estão a arrostar a lógica do absurdo e a ética da prepotência do Governo.

“Nunca se vai tão longe como quando não se sabe aonde se vai” — observava Talleyrand quando se referia à necessidade de fixação prévia de uma estratégia clara e etapas definidas a serem percorridas para a consecução de qualquer objetivo. A abertura política do General Figueiredo, avalizada com a honra do bravo militar que certa vez ameaçou prender e arrebentar os que a ela se opusessem, esbarrou nas contradições com a sua inspiração e seus objetivos. Para o Governo, ela representou um novo pacto de dominação, planejado a partir de todas as evidências de esgotamento das fontes de justificação de seu poder ilegítimo. Para as Oposições — ao contrário — e para toda a Nação brasileira, a abertura política se afigurou sempre como um caminho para o estado de direito democrático, uma convocação da sociedade toda para a gestão, afinal, de seus próprios destinos; a substituição da tutela pela participação; sobretudo — como aliás reconheceu o próprio Senhor Presidente da República — uma oportunidade de expressão de um desejo forte de mudanças.

O Presidente tem razão. O Brasil todo quer mudar. E já mudou muito. Abertos os espaços à crítica, à divergência, à busca, a sociedade brasileira emergiu com desenvoltura, depois de anos longos de confisco de sua autonomia crítica e de suas oportunidades de participação. A abertura política foi verdadeira primavera, com a nação redespertada depois de hibernação compulsória, os movimentos sociais e políticos brotando na quase espontaneidade, iniciando a tarefa imensa de reconstrução das estruturas derruídas; a cidadania, madura para o exercício pleno de seus deveres e direitos, não aceita o poder ilegítimo e quer participar. E o País mobilizado veio para as ruas e praças num movimento cívico sem precedentes em toda a sua História: a luta pelas eleições “diretas-já,” que unificou a vontade política desta Nação em torno de um objetivo comum de mudanças que constitui um anseio nacional quase unânime.

Os desdobramentos do processo de abertura, Sr. Presidente, que resultaram de reservas de crença e anseios de participação da sociedade civil, com ímpeto antes insuspeitado, surpreenderam os donos do poder. Não queriam exatamente isso. Queriam o povo livre, mas não tão lúcido, não tão crítico, não tão reivindicante. Para eles, liberdade é apenas o estar solto; não é um valor cultural da maior expressão, instrumento de luta e de ampliação de espaços e conquistas.

Os aprendizes de feiticeiro, que projetaram a liberalização política com reservas do poder, como ensejo para um novo pacto de dominação que assegurasse a submissão da sociedade civil, assustaram-se, Sr. Presidente, com o próprio feiticeiro. E viram esgotar-se, rapidamente, a reserva de truques e artifícios destinados a assegurar a tranqüila continuidade do poder ilegítimo, com rodízio apenas de protagonistas. O Congresso Nacional afirmou, como nunca, no episódio, a sua representatividade, sob as vistas e com o respaldo da Nação, contra um pequeno grupo que quer manter-se a qualquer custo no poder, desabitado a disputas e com medo, pânico de urnas livres.

A retirada da proposta de emenda pelo Governo impediu — é certo — a aprovação pelo Congresso das eleições “diretas já” para Presidente da República. Mas, não impediu a evidência de seu descompasso com a vontade nacional quase unânime. Isolado, repudiado e desacreditado, o Governo caminha para um final melancólico, de costas para a Nação. A sintonia do parlamento com a vontade nacional inequívoca, no episódio, foi vista pelo Governo como um desafio à sua autoridade e à sua quase onipotência. Chegaram, certamente, a reacender-se até tentações de tutelas, em meio a ameaças de radicalização e de reincidência golpista. Sem argumentos convincentes, o Governo reconheceu com o seu gesto a derrota parlamentar iminente. E proclamou, no simbolismo da retirada, a sua intolerável insubmissão diante da vontade nacional manifesta.

O episódio todo, Sr. Presidente, enseja muitas reflexões. O que esperava o Governo das Oposições? O que ele esperava de nós, das Oposições? Que fôssemos incoerentes? Que fôssemos irrepresentativos? E desses valerosos Senadores do PDS dissidentes? Que eles fossem submissos à vontade dele — Governo — e não à vontade nacional manifesta? Em nome de que interesse público superior dariam eles, os Senadores dissidentes do PDS, as costas ao povo, para continuar a seguir, guerreiros cansados, sem mensagens, sem crenças profundas, sem paixões criadoras, sem ideais e sem objetivos? Por outro lado, as Oposições e o PDS dissidente não iriam praticar qualquer ato ilegal, imoral ou anárquico. Queriam, e querem, a votação e a aprovação de uma emenda constitucional que restabeleça as eleições diretas no País. Só isso. Que não pode ser inquinado sequer como um comportamento golpista ou casuístico, porque estritamente dentro das balizas do processo legislativo e em absoluta sintonia com a vontade nacional.

O Sr. Carlos Alberto — V. Exª me permite um aparte?

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA — Pois não.

O Sr. Carlos Alberto — Nobre Senador José Ignácio, V. Exª Mas do que nunca é preciso que se diga que os comícios foram realizados e em muitos dos comícios for prometida ao povo a aprovação de uma emenda constitucional. É a mesma coisa que o cidadão prometer a um grupo de famintos matar a fome daqueles famintos, quando, na verdade não tem todo o pão para fazer com que seja saciada a fome daqueles famintos. Foi o que prometeu a Oposição. A Oposição, para aprovar qualquer emenda constitucional neste Congresso, teria que contar com o respaldo, com o apoio de grupos do Governo, mas isso não aconteceu. Então, por falta de entendimento é que nós não alcançamos a plenitude democrática. É um aparte que faço a V. Exª

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA — Eu agradeço a V. Exª Nobre Senador Carlos Alberto, a incursão que fez e que incorporo ao meu pronunciamento. Quero lembrar a V. Exª que Parlamento é eminentemente representação, não há Parlamento sem representação. Nós somos uma Casa composta de figuras representativas. Então, na condição de representantes não vemos como poderíamos seguir outro caminho senão o da votação e da aprovação de uma emenda em favor das eleições diretas neste País. Por quê? Porque, por mais que se pretenda afirmar que as Oposições manipularam a opinião pública nacional, salta aos olhos, para aqueles que querem ver, que têm olhos de ver, que a Nação brasileira, na sua quase unanimidade, por combustão espontânea, definiu-se em favor das eleições “Diretas Já”. E não só em favor das eleições “Diretas Já”, sobretudo, através da mobilização pelas eleições Diretas Já”, ela se definiu em favor de um amplo e profundo projeto de mudanças já, neste País. Então há uma manifestação quase unânime da sociedade civil brasileira, no mesmo sentido. E se nós somos representativos, se nós não queremos trair o sentido da nossa representação, que é exatamente o da sintonia do nosso comportamento com a vontade do eleitor que nos mandou aqui, se nós não queremos trair mandato, os seus objetivos e a seiva de legitimidade que flui permanentemente e se traduz pelo acatamento da sociedade civil; se nós não queremos trair a estes propósitos de agir representativamente, se queremos continuar no Parlamento, justificando a representatividade de que estamos investidos, nós temos que votar, temos que lutar pela consecução desse objetivo cívico que é o objetivo já consagrado por todo o sentimento nacional e por toda a Nação brasileira.

O Sr. Cid Sampaio — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA — Pois não, Senador, ouço V. Ex^a. Depois concederei o aparte ao nobre Senador Luiz Cavalcante.

O Sr. Cid Sampaio — Ilustre Senador José Ignácio, a sua colocação em relação à retirada, pelo Governo, da emenda constitucional que enviou, está perfeita e representa a realidade. Se se disser, agora, que o Governo retirou a emenda por falta de cumprimento de um acordo, não reflete a realidade. O Governo retirou a emenda, porque os 2/3 que supunha que a Oposição não tivesse passado a ser formado com elementos das suas próprias hostes. Não foi o descumprimento de nada. O comportamento do Plenário, da Bancada do PMDB foi dado por escrito aos Srs. Líderes do PDS. Eles sabiam que iríamos usar o Regimento e isso foi discutido em todas as ocasiões. No entanto, a princípio passou-se, não sei quanto tempo, discutindo aquela emenda na Comissão Mista, pequenas modificações foram quase concedidas por benesse, mediante apelos quase que dramáticos, e a emenda seguiu o seu curso, certo que estava o Governo de que teria maioria no Senado para esmagar uma possível decisão da Câmara pela maioria de 2/3. Todavia, o Governo, quando se apercebeu que a massa da população brasileira, expressa sob todas as formas nas praças públicas, dava demonstração inequívoca de um desejo do povo de mudar o que está aí, sabia ele da posição de quase todos os Partidos do Parlamento, com exceção do seu Partido; quando se apercebeu que, no seu próprio Partido, quando se apercebeu que se tornando independente de uma sujeição imposta durante 20 anos por um Governo ditatorial; quando se apercebeu que seria derrotado, esqueceu das promessas democráticas do próprio Chefe do Governo, porque democracia é saber perder, democracia é submeter-se ao regime da maioria. Esta é que é a verdadeira democracia. Quando o Governo se apercebeu que não estava mais com a maioria no Parlamento, correu e retirou a emenda, mesmo enfrentando o risco de jogar o País, perplexo, não só perplexo como atônito, no desespero, porque a comunidade brasileira anda à procura de uma brecha, de um caminho. Neste País que incendeia, se anda à espera de alguém que diga: é por aqui que está a escada da salvação. Correndo o risco de arrancar essa última esperança dos brasileiros, o Governo retirou a emenda do Congresso. V. Ex^a está de parabéns pela apreciação que fez do caso da emenda que transitou neste Congresso e foi retirada. Muito obrigado pelo aparte.

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA — Muito obrigado a V. Ex^a, nobre Senador Cid Sampaio, pelo aparte que enriquece muito este pronunciamento.

Concedo o aparte ao nobre Senador Luiz Cavalcante, com muita honra.

O Sr. Jorge Kalume — V. Ex^a, depois, me permitirá um aparte.

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA — Pois não.

O Sr. Luiz Cavalcante — Muito obrigado, eminente colega. O Líder de V. Ex^a, o nobre Senador Humberto Lucena, ao discursar nesta tarde, lembrou aquele juramento do Presidente Figueiredo, que todos sabemos de cor: "Juro fazer deste País uma democracia". E logo me lembrei de outro juramento, narrado por Voltaire naquele seu delicioso livro "As Aventuras de Zadig". Conta Voltaire que morrerá o marido da Sr^a Corsu. Era uma bela senhora, de beleza exuberante mesmo, ainda muito jovem. E amava profundamente o marido. Na sua imensa dor, a viúva Corsu fez enterrar o marido à beira de um riacho. Sentou-se no túmulo e pronunciou este juramento: "Enquanto este riacho passar perto do túmulo do meu marido, eu daqui não sairei". Passaram-se dois dias apenas quando uma amiga foi visitar o túmulo do marido da Sr^a Corsu. E lá, encontrou uns homens desviando

o riacho a mando da viúva, já agora pouco chorosa. Com o devido respeito, parece-me que o Presidente Figueiredo está também desviando o seu riacho...

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA — Muito obrigado a V. Ex^a, nobre Senador Luiz Cavalcante, sobretudo porque, recentemente, o Senhor Presidente da República declarou, não sei se na intimidade ou de público, mas veio a público, que nem sempre o que a Nação deseja é aquilo que é bom para o País. Essa frase, somada àquela outra do passado, merecem, ambas, ser analisadas. A primeira, "hei de fazer deste País uma democracia", contém dentro de si o avesso dela mesma, porque quando se diz que se vai fazer de um país uma democracia, na verdade, o que se está fazendo é compor a frase com um componente forte, ditatorial, autoritário, porque ninguém faz democracia, democracia é obra de todos. E a segunda frase, a de que nem tudo que a Nação quer é bom para ela, revela outro componente autoritário fortíssimo, absolutamente intolerável no país das aberturas, pelo menos até ao nível em que chegamos. Absolutamente, é impossível de se compatibilizar com a realidade do Brasil de hoje, de uma sociedade civil que está aí reivindicante, crescentemente reivindicante e permanentemente vigilante em defesa de seus direitos e também preocupada, responsabilmente, em exercitar os seus deveres.

Concedo o aparte ao nobre Senador Jorge Kalume.

O Sr. Jorge Kalume — Nobre Senador José Ignácio, V. Ex^a sabe do apreço que tenho à sua pessoa...

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA — É recíproco.

O Sr. Jorge Kalume — ... e já tenho dado essa demonstração por várias vezes. Hoje, sinto-me obrigado a contrariar o raciocínio de V. Ex^a, com relação à retirada da Emenda do Poder Executivo. Estou observando, desde ontem, o que se questiona aqui não é apenas a retirada da Emenda Presidencial, que por certo não seria agradável às Oposições, mas da subemenda que obrigaria a eleição direta. Este é o ponto nevrálgico da questão. Vejo que a eleição direta, meu nobre colega, não está mais sensibilizando a população, haja vista a mobilização feita agora em todo o País. Em Curitiba, por exemplo, com mais de 1 milhão de habitantes, não se conseguiu reunir 30 mil pessoas. O Rio de Janeiro, com 8 milhões de habitantes, não reuniu 100 mil pessoas; quer dizer, não chegou nem a 1,5%. Em São Paulo, apesar do sugestivo nome da praça, Sé, não se conseguiu mobilizar 70 mil pessoas, com toda a fanfarras, com todos os cantores e com todas as músicas. Portanto, eu sinto que o povo já está cansado desses brados de eleição direta. O que o povo quer é outra coisa, é paz, e essa paz está sendo buscada. E temos que creditar ao Presidente Figueiredo, meu nobre colega, a abertura que Sua Excelência deu, e devemos dar mais um crédito de confiança também a Sua Excelência desde a hora em que na sua emenda já pregava a eleição direta para 1988. É este ponto que eu queria oferecer a V. Ex^a.

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA — Agradeço a V. Ex^a. Mas, quero alertá-lo para o fato de que os comícios das Oposições foram planejados em cima da hora. Absolutamente, pois o que ocorreu agora diverge do que ocorreu antes. E mais, se a Nação está decepcionada e não foi mais às ruas, ainda V. Ex^a confirma, reafirma, corrobora o que nós dissemos. Porque, na verdade, se a Nação cansou, está decepcionada, é sinal de que ela tinha expectativa e se viu desapontada, no que toca a essa expectativa. O que é preciso deixar claro...

O Sr. José Fragelli — V. Ex^a dá licença? (Assentimento do orador.) Vamos pedir ao PDS para ver se reúne 30 mil, 50 mil, ou 100 mil pessoas pelas eleições indiretas.

Vamos ver se V. Ex^as reúnem, pelo menos, 30 mil pessoas...

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA — Todas as vezes que as Oposições fizeram comícios, neste País, elas deixaram os palanques armados por uns dias a mais, para a eventualidade de os partidários da eleição indireta, também realizarem os seus comícios em favor das eleições indiretas, no País. Eu me lembro de que, em Belo Horizonte, um palanque foi armado, com recursos públicos e foi deixado lá para a eventualidade de ser utilizado pelos partidários das eleições indiretas. Por que não o utilizaram? Se há realmente uma motivação nacional no sentido das diretas, ou um desapontamento que já leve o povo a desejar as indiretas, achamos então que está na hora dos comícios do PDS. Mas o importante é que se deixe registrado que diante de toda a evidência da vontade nacional manifestada nas praças, na densidade das suas presenças nas praças e nas ruas em todo este País, os mesmos aprendizes de feiticeiro estão correndo o risco de verem estourar, no próprio rosto, as poções que eles não sabem aviar. Na verdade, o País está sendo alvo de irresponsabilidade muito séria, muito grande. Estamos numa fase de pré-convulsão social e o grande desaguadouro dessas vertentes de insatisfação nacional haveria de ser a aprovação e a consecução das eleições diretas neste País. E nós não a aprovamos. Estamos brincando com fogo, num país em que as pessoas já estão dizendo — notem Srs. Senadores —, já estão dizendo: "Deixa prender!" "Deixa protestar!" "Deixa tomar a Casa!"

Sr. Presidente, Srs. Senadores, no momento em que o povo começa a desobedecer desse modo: "deixa prender", "deixa tomar a casa", "deixa protestar", este País está à beira de um colapso sério. O tecido social está roto demais e o Governo não consegue produzir coesão alguma neste País. Nós estamos correndo sérios riscos e a responsabilidade, por não darmos as válvulas de escape para o anseio de mudança de toda a Nação brasileira, haverá de recair naquela minoria do Congresso Nacional que se mantém, intransigentemente, contra as eleições diretas no País. E, sobretudo agora, haverá de cair sobre os ombros do Presidente General Figueiredo, que retirou desta Casa, na certeza da derrota iminente, a sua proposta de Emenda Constitucional.

O Sr. Jaison Barreto — V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA — Concedo o aparte ao nobre Senador Jaison Barreto.

O Sr. Jaison Barreto — V. Ex^a tem absoluta razão, está alertando a Nação da maneira mais inteligente e a mais própria possível, discordando da interpretação dada pelo Senador Kalume, que não corresponde à verdade. Se há alguma coisa clara e definitiva, neste País, é o apoio da Nação, de todo o povo, às eleições diretas. O que poderia, realmente, estar esvaziando um pouco os comícios seriam as duas razões já apresentadas: a pressa na organização do comício, a pouca divulgação dada, e um fato também grave, que é importante a gente afirmar, porque, afinal de contas, chegou a hora da verdade neste País que é o comportamento de algumas lideranças das Oposições que estão aí com um candidato ambivalente, inelegível, pelas diretas, e também candidato ao Colégio Eleitoral. É evidente que o povo está cansado de ser enganado. As Oposições não podem estar fazendo discursos, nesta Casa, defendendo a eleição direta e, ao mesmo tempo, lançando um candidato para o Colégio Eleitoral. O povo não é mais massa de manobra.

O Sr. Jorge Kalume — Bravos a V. Ex^a!

O Sr. Jaison Barreto — Isto também serve a V. Ex^a. A classe política tem que se afirmar e se fazer respeitar, neste País, desmoralizada e desacreditada que está em todas

as pesquisas, isto sim, exatamente por essa postura de avestruz, a pretender enganar e o povo não está mais querendo participar disso. Agora, quando houver a regeneração do comportamento das lideranças do PMDB e de todas as Oposições, o povo vai colocar não um milhão, maisdois, três milhões para as praças públicas e exigir a única saída digna para a classe política, para este Congresso e para esta Nação, que é a eleição "Direta Já", e não o espúrio e safado Colégio Eleitoral que querem nos meter pela garganta.

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA — Obrigado a V. Ex^a

O Sr. Carlos Alberto — Permitem-me um aparte, nobre Senador?

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA — Concedo o aparte ao nobre Senador Carlos Alberto.

O Sr. Carlos Alberto — Senador José Ignácio, na verdade o Senador Jaison Barreto fez colocações que nós enaltecemos, nesta tarde, aqui no Senado Federal. A Oposição, realmente...

O Sr. José Fragelli — Sem nenhum interesse.

O Sr. Carlos Alberto — Mas serve, serve para que nós possamos discutir o processo democrático.

O Sr. Jaison Barreto — O Senador Carlos Alberto vai votar pelas diretas, no dia 8 de agosto, na Emenda Theodoro.

O Sr. Carlos Alberto — Serve para que nós possamos aprimorar o processo, serve, e como serve! O Senador Jaison Barreto fez uma análise perfeita, é que se discute às vezes colocando dois pesos e duas medidas. O colégio eleitoral é ilegítimo, todos discutem que o colégio eleitoral é ilegítimo. E quero dizer a V. Ex^a que está na tribuna e a todos os Srs. Senadores que aqui estão, que sou um homem eleito pelo voto popular, não tenho medo de eleições, não tenho medo de bater chapa, não tenho medo de voto, até porque fui julgado de Vereador a Deputado Estadual, Deputado Federal, e hoje, sou Senador. Sou favorável ao processo de eleições diretas. É evidente que o projeto do Presidente João Figueiredo foi traçado. Agora, se discute com dois pesos e duas medidas, e é sobre isto que a Nação precisa ser alertada, porque, hoje, o colégio eleitoral é ilegítimo. É ilegítimo, porque tem Senadores que não foram eleitos pelo povo. E eu pergunto: e a Secretaria Geral do PMDB, que é comandada por um Senador que não foi eleito pela vontade popular, será que é ilegítima essa Secretaria Geral? Será que, hoje, a metade da Oposição não está com truques, como disse o Senador Jaison Barreto? Arrematando truques, querendo sim, uma eleição indireta, porque já tem, inclusive, um candidato para bater chapa, que é o Governador do Estado de Minas Gerais, que está se articulando por todos os gabinetes, aqui em Brasília, para viabilizar sua candidatura pelo processo eleitoral, que diz a Oposição ser espúrio? Deixo essa parte para V. Ex^a

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA — Eu só respondo porque V. Ex^a certamente conhece a figura do estado de necessidade em Direito Penal. No estado de necessidade, V. Ex^a elimina a hipótese de criminalidade, quando, diante de duas pessoas que por exemplo, estão se afogando só há uma tábua. E V. Ex^a, numa ilha próxima, com um fuzil, com mira telescópica, escolhe qual é sua vítima. V. Ex^a mata qualquer dos dois, e não há crime, porque V. Ex^a comprovará a evidência do estado de necessidade, e nessa condição a excludente de criminalidade é clara. Quer dizer, então, veja V. Ex^a: há coisas que podem determinar comportamentos lícitos, e éticos, há hi-

póteses de comportamentos absolutamente éticos e coerentes, e a política é mutável. Essas são situações de futuro, que podem produzir comportamentos plenamente justificados, tão justificados quanto a legítima defesa em Direito Penal e o estado de necessidade em Direito Penal. São condutas absolutamente lícitas, válidas, absolutamente escoimadas de críticas.

O Sr. Carlos Alberto — A Oposição ir ao Colégio Eleitoral é justificável.

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA — V. Ex^a, que é malufista, deseja, naturalmente, compor os seus esquemas.

O Sr. Carlos Alberto — V. Ex^a está se enganando, Senador.

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA — V. Ex^a quer antecipar o futuro. O comportamento das Oposições nas praças e nas ruas é o de respeito, foi e continuará sendo o de respeito a uma vontade popular de mudanças neste País. Nós as promoveremos se a oportunidade surgir: o povo — mais que "Diretas Já", — quer "Mudanças já", e haverá de tê-las se a oportunidade se defrontar conosco. Nós não vamos trair a Pátria, não vamos lesar o interesse desta Nação toda. Se necessário for, eu que não voto no Colégio Eleitoral, mas para não ser um lesa-pátria, para não prestigiar aqueles que vão destruir esta Pátria, para não dar condições de eleição àqueles que querem chegar ao poder sem mínimas condições para seu exercício legítimo, poderei chegar a fazê-lo. Há candidatos que não têm imagem, candidatos que não têm credibilidade no seio da Nação, e nós não estamos aqui para prestigiar a eleição de candidatos assim. Eu quero reiterar: não voto no Colégio Eleitoral, mas se for necessário para não praticar um crime de lesa-Pátria, voto no Colégio Eleitoral para salvar este País do pior.

O Sr. Jaison Barreto — Permite, nobre Senador José Ignácio, já que fui chamado?

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA — Pois não.

O Sr. Jaison Barreto — Até para que não ocorra aquilo que, de alguma maneira pode ser usado por alguns setores interessados em confundir as coisas, e acabem me chamando de "malufista", o que seria decididamente ruim. Mas, estou de pleno acordo com V. Ex^a, embora, claro, já conheça essa argumentação de estado de necessidade. O único setor que está em estado de necessidade neste País é a população brasileira.

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA — Exatamente. E nos cabe entender isso, como representantes dela.

O Sr. Jaison Barreto — De modo que este argumento não deve servir para a elite política justificar esta conduta ambivalente de ter, antecipadamente, o que invalida esse estado de necessidade, já está no episódio recente do problema das eleições diretas, desta conduta que decididamente é muito ruim. Mas, admitindo-se que, no futuro, fossem esgotadas todas as possibilidades, aí até esta argumentação seria eticamente respeitável e razoável. Até para enriquecermos a discussão, o ocorre é que esse Colégio Eleitoral nega qualquer possibilidade de mudanças, qualquer candidato, fosse ele qual fosse, e eu antecipo a V. Ex^a que apoiaria tranquilamente o nome do Governador TANcredo Neves para Presidente da República em eleições diretas, porque o tipo de compromissos assumidos em praça pública, com a população, seriam distintos dos compromissos que ele absolutamente terá que assumir dentro de um Colégio Eleitoral viciado, e submetido a práticas indecentes.

O Sr. José Fragelli — Não apoiado! Não apoiado!

O Sr. Jaison Barreto — Não vai conseguir aliciar votos do PDS, senão oferecendo espaços, vantagens e mi-

nistérios, e, a partir deste momento, passa a não merecer o apoio, e não passa a se justificar a participação no Colégio Eleitoral, porque fica inviabilizada qualquer mudança em profundidade, que beneficie a maioria da população. Por exemplo, e está na hora de se falar a verdade, num momento de crise, não é mais hora de montar a farsa. Com que eleitor ele tem que contar dentro do Colégio Eleitoral? Se os do PMDB, admitindo-se que todo o PMDB, o PT, o PDT, e o PTB votem com ele, ainda assim não somos maioria, teremos que procurar quem apoie, em cabos eleitorais" dentro da estrutura do Governo e do PDS; por que ninguém melhor, então, do que o grande eleitor do Colégio Eleitoral, o Sr. Antônio Carlos Magalhães? Vai ter que votar, vai ter que alicia-lo. E que perspectivas de mudança pode ter qualquer Governo, comprometido com o Sr. Antônio Carlos Magalhães? Cito um personagem só, mas vamos citar os outros. Não pode o PMDB e as Oposições defenderem esta bandeira lá fora, fazendo esse tipo de aliança e prometendo mudanças, isto é que inviabiliza, eticamente, a participação dos democratas deste País nesse Colégio Eleitoral.

O Sr. João Lobo — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA — Eu compreendo a colocação de V. Ex^a, e reafirmo a minha postura de não votar no Colégio Eleitoral. Mas, diante de qualquer fato que me coloque como praticante de crime de lesa-pátria, se necessário for eu vou ao Colégio Eleitoral. Não vejo razão para se inquirir de não ético o eventual comparecimento ao Colégio Eleitoral. Muito pelo contrário, o comportamento ético é exatamente o de votar em circunstâncias assim.

O Sr. José Fragelli — Muito bem!

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA — É evidente que se fala ainda no que é futuro, mas, se for necessário — e eu digo isso, porque é bom que isso fique bem claro — se necessário for para salvar esta pátria do pior, eu vou ao Colégio Eleitoral e voto no candidato que salve este País.

O Sr. João Lobo — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA — Pois não, nobre Senador.

O Sr. João Lobo — Eminentíssimo Senador eu considero tudo isso lamentável, eu acho que a retirada da emenda do Presidente Figueiredo, vai deixar este País sem grandes conquistas que a emenda dava. E não condeno de maneira alguma as oposições terem usado as prerrogativas regimentais de pedir destaque para aprovação de emendas que eram do seu interesse. Tudo isso é democrático, mas a mesma prerrogativa democrática que permitia às oposições pedirem os destaques para votação, é a mesma prerrogativa regimental que tem o autor da emenda de retirá-la. E nem por isso ela deixa de ser democrática. Então o Presidente Figueiredo não fez nada de mais. Usou uma prerrogativa democrática que o regimento lhe permitia, retirando a sua emenda. Permita-me alongar um pouco este aparte mas serei breve. Quanto à legitimidade ou ilegitimidade de Colégio Eleitoral, eu acho que fico evidentemente com o juízo de V. Ex^a, porque essa coisa de legítimo ou ilegítimo lembra o saudoso Pedro Nava que dizia que a última coisa legítima neste País fora D. João VI, e que de lá para cá não existe mais nada de legítimo. Então, acusar esse Colégio Eleitoral de ilegítimo ou legítimo não faz nenhum sentido. Era este o aparte.

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA — Muito obrigado a V. Ex^a Repito a V. Ex^a não vou deixar raposa sozinha no galinheiro, e vou salvar as galinhas. Vou lá se necessário.

V. Ex^a tem o aparte, nobre Senador Cid Sampaio.

O Sr. Cid Sampaio — Nobre Senador José Ignácio, a sua exposição e as suas posições não deixam ter fê nos destinos deste País. Temos de raciocinar em função de uma realidade. Nós brasileiros, votamos respeitando a vinculação imposta por lei e também imposta por uma maioria eventual neste País. Nós nos submetemos à sublegenda. Ilustre homens do PMDB disputaram neste Colégio Eleitoral espúrio. Eu mesmo encaminhei, ao lado de alguns companheiros, uma representação junto ao Supremo Tribunal da Justiça a arguição de que o Colégio Eleitoral colidia com os princípios básicos da Constituição. O povo nas praças públicas quis dar um aviso aos que ocupam o poder de que o seu limite de resistência está chegando ao extremo, está atingindo o ponto crítico, e o fez dentro daquela objetividade que sempre o povo soube ter, sabendo que existia uma data fixa para uma votação e que essa votação poderia lhe liberar o direito de escolher os seus governantes. Mas, se o processo espúrio que tomou conta do País, continua com a mesma legislação, se nós temos e não podemos deixar de agir segundo as normas que conduzem ou que presidem os destinos deste País, é dentro dessas normas que nós haveremos de travar a luta. Não devemos fugir dela, não devemos apresentar falsos escrúpulos, porque o que nós queremos é botar um homem que inspire confiança, um homem das hostes oposicionistas, um homem que não aderiu, um homem que não serviu ao que foi espúrio feito por este governo. Evidentemente, dentro da política, havemos de lançar mãos dos meios que estiverem ao nosso alcance, certo de que, chegando ao governo, os homens que representarão o PMDB e as Oposições haverão de agir com a probidade, com patriotismo, com a dignidade que os fez permanecer, ou os faz, nesta hora, lutar contra a atual situação. Admitir que por um momento os nossos interesses possam coincidir com os interesses de um candidato que tem mostrado preferência nas hostes do PDS, que é o Sr. Paulo Maluf, é realmente agir no benefício do outro grupo. A prova disso é que eles de lá, como o próprio candidato na imprensa tem declarado frequentemente, a Oposição muda de posição, a Oposição aceita o colégio espúrio. Aceitamos o colégio espúrio, como aceitamos esta Constituição outorgada; nós aceitamos o colégio espúrio como fomos obrigados a aceitar a vinculação, como fomos obrigados a aceitar a sublegenda, como fomos obrigados a aceitar em determinados momentos a tortura, a violência e a cassação dos direitos humanos. Portanto, temos que usar todas as armas para pôr fim a isso. Eu disse, numa ocasião em que recebia um aparte, falando dessa mesma tribuna, que quando um homem persegue um ideal, há de meter os pés no charco para ir ao outro lado, em busca do ideal que persegue. Ele fugirá ao seu dever se, com falsos escrúpulos, se recusar a enfiar as pernas no charco para defender o ideal elevado que se propõe a atingir no seu País. Muito obrigado a V. Ex^a

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA — Muito obrigado pelo aparte. V. Ex^a me sensibilizou enormemente.

Concedo o aparte ao nobre Senador Alfredo Campos.

O SR. PRESIDENTE (Lenor Vargas) — Quero lembrar ao nobre orador que seu tempo já está esgotado.

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA — Pediria a V. Ex^a apenas a tolerância para ouvir o aparte do nobre Senador Alfredo Campos e terminar o meu pronunciamento.

O Sr. Alfredo Campos — Pelo que se sabe, só a convenção partidária tem competência para lançamento de nomes de candidatos. O nosso partido, o PMDB, ainda não fez realizar esta convenção. Portanto, não existe ainda a candidatura do Governador Tancredo Neves. Não há que se culpar, não há que se aplaudir, não há que se comentar uma coisa que não existe, porque o próprio governador Tancredo Neves pediu aos Governadores de Estado reunidos em São Paulo que não lançassem o seu nome, que não estava na hora de lançar o seu nome. E

no instante em que se pensa em lançar o nome do Governador Tancredo Neves à Presidência da República, há que se pensar também no grande sacrifício que Minas Gerais fará, e que o nosso Governador fará em aceitando, ter que renunciar ao Governo de nosso Estado. Neste instante não se fala aqui em candidatura direta ou indireta. Fala-se numa possibilidade de salvação deste País que está à beira de uma convulsão social. Não se fala definitivamente se é bom ou mal comparecer, até de nariz tapado, a esta coisa fétida que se chama Colégio Eleitoral. O que se precisa é pôr um ponto final aos desmandos que andam por esta terra, e fazer com que este País se encontre com esta Nação. Tancredo Neves poderá, sim, vir a ser candidato, como qualquer um outro homem de bem que exista neste País. O que não concordamos, o que a Oposição não concorda é que no Colégio Eleitoral passe o nome de um candidato através de cartas marcadas que não vai governar este País, como quer a Nação brasileira. Terminando, nobre Senador José Ignácio, a candidatura de Tancredo Neves está assim em vários corações e em várias esperanças, não restam dúvidas, mas ela não existe de fato, até porque Tancredo Neves talvez tenha sido o Governador mais fervoroso na campanha das eleições diretas. Queríamos, sim, que as eleições diretas fossem aprovadas no dia 25 e ontem no plenário do Congresso Nacional. E se houvesse a possibilidade de eleições diretas, aí sim, poderíamos até mesmo lançar a candidatura de Tancredo Neves em eleições diretas. Mas, se for necessário o lançamento do nome de S. Ex^a o Governador Tancredo Neves para disputar a Presidência da República, tenha a certeza, a Oposição fará todos os sacrifícios, lançará o Governador Tancredo Neves e temos fê, mais uma vez, de que encontraremos o caminho deste País com esta Nação.

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA — Muito obrigado a V. Ex^a, nobre Senador Alfredo Campos.

Vou terminar, Sr. Presidente.

Os homens do Poder ilegítimo deste País precisam atentar para o fato de que qualquer Poder, independente de sua origem, é uma alta dignidade mas é também e sobretudo um serviço. Nunca um instrumento de sufocação de vontades, sobretudo de vontades quase unânimes de uma nação inteira.

O Brasil de instituições dilaceradas, da injustiça social, da descrença e da desesperança, é um país que anda em círculos, sem rumos e sem Governo acreditado; o país dos negócios especiais e da corrupção premiada pela impunidade; o país humilhado internacionalmente, onde a desobediência civil é estimulada pela fraqueza do Poder sem confiança nacional; em que como anteriormente o dissemos, as pessoas começam a dizer: "deixa protestar", "deixa prender", "deixa tomar a casa". Este país quer recompor-se. O povo já disse que quer votar. Para mudar. E sem ânimos revanchistas haveremos de construir neste País uma sociedade aberta, justa e democrática, que, contra a miopia autoritária de uns poucos, é a melhor resposta que temos.

Era o que eu tinha a dizer. (Muito bem! Palmas.)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. JORGE KALUME NA SESSÃO DE 2-8-84 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. JORGE KALUME (PDS — AC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O reinício das nossas atividades parlamentares nos traz novo alento e a certeza que a democracia está sendo exercida com entusiasmo, dentro dos ditames da regra política traçada, **pari-passu** com o Brasil caminhando rumo ao seu futuro grandioso, enquanto nós políticos haveremos de conseguir a terapêutica adequada para os males que afligem a Nação.

Acredito, superada a luta sucessória, que o nosso País entrará numa nova fase administrativa, com esperança renovadas de dias mais bonancosos, sempre úvido de crescer. Revitalizará suas forças, hoje contidas como uma óbvia consequência da conjuntura internacional que nos trouxe problemas, os quais, a despeito dos nossos esforços, surpreenderam-nos ante a nossa estrutura insuficiente para suportar o seu peso.

Sr. Presidente, Srs. Senadores:

É meu objetivo, nesta oportunidade, além de saudar o nosso reencontro, registrar minha ausência durante aproximadamente 12 dias do recesso de julho, em visita de trabalho ao meu Estado, percorrendo seus municípios, servindo-me dos meios de transporte existentes. E confesso a minha alegria ao rever meu Acre, apesar de sentir, mais uma vez, a precariedade de suas estradas, como no trecho da BR-364. Sena Madureira-Rio Branco e a BR-317, entre Rio Branco, Xapuri e Brasília, onde fui desaconselhado a prosseguir mais 110Kms para alcançar o seu ponto final — Assis Brasil — limítrofe com a Bolívia e o Peru, dado o seu péssimo estado.

Agora quero me deter um pouco mais sobre a BR-364, rodovia sob a responsabilidade do 7^o BEC, sediado na florissante cidade de Cruzeiro do Sul, com o total de setecentos e poucos quilômetros da capital acreana ao município cruzeirense. Em que pese a boa vontade e o civismo dessa Unidade do nosso Exército, todavia, falta-lhe recursos financeiros para dar cumprimento pleno a essa iniciativa grandiosa de integração do Estado do Acre. Em 26 de junho deste ano fiz pronunciamento sobre esse assunto, quando também li a carta que me foi enviada pelo Senhor General Ivan de Souza Mendes, Diretor do Serviço de Comunicação e transporte do Exército, através da qual S. Ex^a me informava que, enquanto o 7^o BEC necessita para este ano de quatro bilhões e duzentos milhões de cruzeiros, somente lhe foi destinada, pasmem, a ínfima quantia de duzentos milhões de cruzeiros.

O que fazer com esse valor insignificante para uma obra gigantesca? Reconheço ser tarde, mesmo considerando a estrutura e o equipamento dessa organização militar, para poder no exercício corrente, oferecer trabalho. Contudo, lanço meu apelo ao Governo Federal no sentido de orçamentar para 1985, verba para concluí-la por etapa; inicialmente o trecho Cruzeiro do Sul-Tarauacá-Feijó. Os demais seriam patrolados até serem concluídos.

Estive em visita ao quartel do 7^o BEC, juntamente com os Deputados estaduais Adauto Brito da Frota, Isnard Barbosa Leite e o Prefeito cruzeirense João Soares de Figueiredo e nos foi feito o relato, pelo seu Comandante, o Tenente-Coronel Engenheiro Coimbra, sobre a sua atividade, na presença de seus jovens oficiais desejosos de produzir para o Brasil, como uma das peculiaridades de suas vidas. A situação do 7^o BEC, faz-me lembrar Arquimedes: dispõe da alavanca, porém falta-lhe o ponto de apoio, representado por verbas para realizar o seu e o nosso tentamen. Porém, em se considerando a necessidade dessa ligação e a boa vontade do Ministro Cloraldino Severo, o seu Ministério poderá dotar o orçamento destinado a essa unidade militar de recursos suficientes para 1985. Não haverá exagero se afirmar que essa rodovia concluída, trará a migração intensiva e a consequente agro pecuária, gerando retorno do capital empregado. Fato semelhante aconteceu no princípio do século, quando a borracha produzida pelo Acre deu-lhe condições, durante vários anos, de ter sido o terceiro maior contribuinte para o Tesouro Nacional, superado apenas pelos Estados de São Paulo e Minas Gerais.

Já se vão dezesseis anos da abertura oficial dessa estrada, embora desde o início do século tenha havido várias tentativas como as dos saudoso Marechal Thaumaturgo de Azevedo e General José Guimard dos Santos, este chegando a abrir Feijó-Tarauacá na década de 40. Face ao abandono posterior, retomei no meu governo os tra-

balhos de seu desmatamento e iniciei Sena Madureira-Rio Branco, dentro do traçado feito pelo engenheiro Lobão, há mais de sete décadas. E nos idos de 50, numa maratona de verdadeiros titãs, os irmãos Escossio, valendo-se da escassa picada na selva, alcançaram Rio Branco com seu pequeno caminhão, revolvendo florestas e toda série de obstáculos, gastando no percurso de 140 Km, mais de quarenta dias.

É hora do Governo Federal ir ao encontro desses anseios, ajudando os brasileiros que ali se encontram e não obstante as dificuldades de antanho, mantiveram-se firmes e intangíveis em seu habitat. A retomada dessa iniciativa, além de representar a integração de uma área desejosa de se desenvolver, tem o sentido de premiar todos aqueles orgulhosos por continuar a faina de seus antepassados.

E a estrada BR-364, no trecho compreendido entre Cuiabá—Porto Velho—Rio Branco? Aberta graças ao arrojado do saudoso Presidente Juscelino Kubitschek, foi conservada pelos governos revolucionários a partir do respeitável Marechal Humberto Castello Branco. O Presidente João Figueiredo vem de asfaltá-la entre Cuiabá—Porto Velho, devendo ficar concluída até o próximo mês de setembro. É sem favor, uma obra de gigante, se consideradas as dificuldades financeiras do nosso País. A tenacidade de S. Ex^a, entretanto, falou mais alto, face a sua promessa quando ainda era candidato.

Corroborando o meu depoimento, insiro o editorial do *Correio Braziliense* do dia 27 do mês passado, sob o título "um pouco de justiça", pela maneira judiciosa como foi escrito.

Ei-lo:

UM POUCO DE JUSTIÇA

Correio Braziliense, 27 de julho de 1984

A primeira tentativa ordenada de iniciar um processo racional de ocupação da Amazônia ocorreu no governo de Getúlio Vargas, ao constituir-se o "Exército da Borracha". A iniciativa, porém, frustrou-se por inteiro, tendo em vista um vício de origem na estratégia montada para a fixação dos colonos recrutados para aquela missão histórica. A rota da entrada para a grande aventura se fez pela calha central da bacia amazônica, limitando para percentuais mínimos as margens de êxito da jornada.

Em tarefa de tal magnitude não existem variantes para realizá-la. A ocupação tem de ser progressiva, a partir dos montantes de sua imensa rede de afluentes, dando aos contingentes de vanguarda o apoio da terra firme posta a serviço da auto-sustentação.

Outra não foi a razão fundamental do surto de progresso que a rodovia Brasília-Belém derramou nas laterais de seu traçado de sentido sul-norte, área hoje consolidada pela presença de milhares de pequenas comunidades, centros geradores de riquezas numa distribuição espacial de grande valia ao ampliar as fronteiras econômicas.

No mesmo sentido funcionaram em termos desenvolvimentistas os rumos buscados pela diretriz da Brasília-Acre, voltada para as distâncias do Noroeste brasileiro, com pontos de passagem obrigatórios em Cuiabá, Cáceres, Vilhena, Ji-Paraná e Porto Velho, no seu segmento intermediário em Mato Grosso e Rondônia.

Os 1,44 mil quilômetros de seu traçado, no entanto, constituíram um desafio que ficou em aberto durante longos anos, oferecendo aos seus usuários as armadilhas construídas pelo clima ante a persistência de sua abertura primária sobre a terra nua. Lama nas chuvas e poeira no verão.

O presidente Figueiredo, logo ao assumir ao governo listou a BR-364 como obra prioritária. Correram os meses até que se abriram as concorrências para a sua retificação e pavimentação. Ao assumir o Ministério dos Transportes, Cloraldino Severo encontrou uma concorrência pública que orçava os custos totais do trabalho em perto de US\$ 490 milhões. Reformulando a questão o Ministério dos Transportes fez baixar os preços dos contratos para US\$ 420 milhões. Os trabalhos serão, afinal, concluídos por cerca de US\$ 304 milhões. Fato inusitado nos tempos atuais de inflação incessante.

O projeto foi totalmente revisado, retirando das ordens de serviço toda e qualquer sofisticação desnecessária, seguindo tão-só uma linha simples de funcionalidade e de completa economicidade. Atualmente as 25 frentes de trabalho entregues a quinze firmas especializadas e a unidades do 5º Batalhão de Engenharia de Construção empregam, cinco mil trabalhadores e utilizam 867 máquinas e equipamentos com a supervisão de 57 engenheiros. Foram movimentados até aqui 31,525 milhões de metros cúbicos de solos e rochas. O volume de compactação alcança perto de 21 milhões de metros cúbicos. Uma autêntica epopéia vivida intensamente nos estirões de Mato Grosso e Rondônia nos rumos setentrionais desses estados.

A ligação Cuiabá—Porto Velho constituía, até aqui, o principal segmento rodoviário não pavimentado do País. Sua diretriz em busca de Porto Velho incorpora a penúltima capital brasileira não integrada à rede pavimentada do Brasil. A estrada penetra firme pelo noroeste de Mato Grosso e pelo centro de Rondônia, servindo a toda a extensão territorial do Polonordeste com seus 41 milhões de hectares de terras ávidas por uma agropecuária de escala. A serventia de transportes é para uma região em franco processo de colonização, com o INCRA abrindo numerosos projetos pioneiros e consolidando outros. Existem já implantados cerca de cinco mil quilômetros de estradas vicinais, formando a malha fina viária para coletar a produção da área.

No momento correm pela BR-364 perto de seiscentos caminhões por dia, com uma duração de percurso que em épocas críticas de chuva chegavam a até sessenta dias. Ao se concluírem as obras de pavimentação os 1,44 mil km serão cobertos em menos de dois dias, sendo imprevisíveis os níveis de demanda que seguramente, a curto prazo, ultrapassarão os três mil veículos em cada 24 horas.

Esse é um breve perfil de uma obra com lastro e dimensões históricas. O Governo Figueiredo mantém uma posição de não promover as suas realizações em graus compatíveis com os êxitos alcançados. O aumento das exportações, o desempenho da PETROBRÁS, a criação do FINSOCIAL, a conclusão de Tucuruí e de Itaipu; a modernização dos portos e a BR-364 são pontos a distinguir. Para explicar muita coisa e fazer um pouco de justiça.

O Sr. Gastão Müller — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JORGE KALUME — Com muito prazer, nobre Senador Gastão Müller.

O Sr. Gastão Müller — Nobre Senador Jorge Kalume, V. Ex^a está, como um bom amazônico, fazendo uma exposição muito completa sobre o valor, a importância da BR-364. E eu, com a insuspeição que me garante a posição de opositor do Governo Federal, não posso deixar de aplaudir o Governo Figueiredo pela construção e inauguração, agora em setembro, da rodovia Cuiabá-Porto Velho. E faço votos para que, brevemente, se possa ter o prosseguimento da obra até a capital do seu que-

rido Acre, e daí até as nossas fronteiras com o Peru, estabelecendo, então, a ligação da afamada rodovia Panamericana.

Quero garantir-lhe eminente Senador Jorge Kalume, que V. Ex^a que é um grande lutador pelas causas da Amazônia, através do seu Estado do Acre, que se o Governo, que está como o sol poente, não conseguir liberar mais verbas para que se prossiga essa obra admirável executada por esse Batalhão de Engenharia do Exército Brasileiro, posso lhe garantir que o futuro Presidente da República, Governador Tancredo Neves, não faltará com a sua assistência, com o seu empenho de grande patriota para que se tenham as verbas necessárias para que o Senador Jorge Kalume, ao lado do Governador e futuro Presidente Tancredo Neves, inaugure essa obra que é um velho sonho de V. Ex^a, e se transforma num sonho também de todo o povo brasileiro.

O SR. JORGE KALUME — Onde se diz "Tancredo Neves", leia-se "Paulo Maluf"...

Quero agradecer a V. Ex^a pelo seu gesto coerente, fazendo justiça ao Presidente Figueiredo, por esse trabalho, esse empreendimento gigantesco que está fazendo numa região sofrida como é a nossa. Muito obrigado a V. Ex^a

Ouçó, agora, com muito prazer, o aparte do nobre Senador Virgílio Távora, do grande Estado do Ceará.

O Sr. Virgílio Távora — Eminente Senador, nós nos associamos, e de coração, à alegria de V. Ex^a Faz muito tempo, nos idos de dezembro de 1944, um então jovem tenente era exilado na época da II guerra, para Porto Velho, a fim de organizar, em Presidente Pena, a Companhia Independente Rodoviária I^a, encarregada justamente da construção desta estrada. Descrever o que é ir de Curitiba onde nos encontrávamos, por terra, até São Luís; de São Luís, por navio da série "Ita" até Belém, e de Belém deslocar-se até àquele fim do mundo? É inútil, pois V. Ex^a que conhecem a região sabem que isso quase que ocupa um capítulo inteiro na vida de uma pessoa. Mas, desde aquele tempo ao hoje Senador, ao ex-Ministro, ao ex-Governador, ao ex-Deputado, sempre ficou muito ligada aquela estrada. Fatos posteriores nos fizeram não tomar parte naquele empreendimento, mas voltar para a Escola de Estado Maior, onde matriculados já estávamos, mas nunca deixamos de seguir **pari passu** a construção da estrada. E veja V. Ex^a como esse sonho, que já vinha de longe e começou a se materializar com aquele Ato de Getúlio em dezembro de 1944, custou realmente a se tornar palpável; 1944 a 1984, 40 anos. E nesse momento em que V. Ex^a, com tanta satisfação, proclama esse feito, fazemos votos para que a sua terra seja por ela atingida em um tempo ~~muito curto~~ **mais curto**.

O SR. JORGE KALUME — Muito obrigado por essa lembrança V. Ex^a foi, à sua mocidade, e quero dizer-lhe nesta ocasião, que há poucos dias, conversando com um dos habitantes de Porto Velho, ele falava, nobre Senador Virgílio Távora, com muito entusiasmo acerca de sua atuação de jovem Oficial trabalhando naquela região, naquela época inóspita, quando o paludismo ainda ceifava vidas e não havia ainda terapêutica.

Quero, portanto, dizer a V. Ex^a que incorporo, com muito prazer, as suas palavras relacionadas com esse tema que me trouxe a esta tribuna.

O Sr. Gastão Müller — Senador Jorge Kalume, por via indireta, como V. Ex^a quer que sejam as eleições, usando o mesmo sistema das indiretas, vou fazer uma crítica...

O SR. JORGE KALUME — Quero ouvir o seu aparte já?

O Sr. Gastão Müller — ... a um amigo a quem respeito e admiro desde longos anos, que se chama Virgílio Távo-

ra. Eu não concordo com essa expressão de S. Ex^a — e já é a segunda vez que a ouço aqui —, de que foi exilado para trabalhar lá. Ora, para um jovem Oficial da Engenharia brasileira, brilhante primeiro aluno de turma, idealista, naquela fase áurea de sua vida foi uma honra e uma distinção servir no interior do Brasil, e não exílio, meu Deus do céu! Por que o interior do Brasil seria exílio?

O SR. JORGE KALUME — Porque o oficial queria ir espontaneamente, e foi forçado.

O Sr. Gastão Müller — Por exílio quando nós vamos para o interior do Brasil? Talvez seja uma falha de formação do litorâneo, do homem do litoral. Então, não foi exílio, foi um prêmio.

O Sr. Virgílio Távora — Permita-me dizer ao eminente Senador que, no Boletim do Exército, eu era classificado lá por castigo e exílio.

O SR. JORGE KALUME — Eis a revelação.

O Sr. Gastão Müller — Eu transfiro a crítica também para o Boletim do Exército Nacional, porque se o Exército Nacional considera exílio ir trabalhar no interior da Pátria, é o fim da picada!

O Sr. Virgílio Távora — Isso V. Ex^a fala no dia de hoje. Então, permita-me interrompê-lo um pouco, eminente Senador Jorge Kalume. V. Ex^a quer saber o que é sair por terra de Curitiba, quando não existia a BR-116 — era a estrada da Ribeira — ir até São Paulo — naquele tempo nós havíamos sido levados para longe, não digo exilados, demos um pulo até o Rio para saber como estava a conspiração contra Getúlio, e de lá, num trem comodíssimo e maravilhoso da Central, fomos até Pirapora, às margens do São Francisco.

O Sr. Gastão Müller — Que beleza! Que beleza o rio São Francisco.

O Sr. Virgílio Távora — Que beleza, num fim de dezembro com um calor edificante...

O Sr. Gastão Müller — É o nosso Brasil!

O Sr. Virgílio Távora — ...descemos de gaiola pelo rio São Francisco...

O Sr. Gastão Müller — Pitoresco, romântico!

O Sr. Virgílio Távora — Pitoresco e romântico, com um clima de muito agradável, até Petrolina. Lá estava uma companhia de Engenharia do 7º BEC. Batalhão de Engenharia de Combate. Colocaram o jovem Tenente numa jardineira — V. Ex^a sabe que jardineira é um ôni-bus que já andou por todos os lugares do mundo — ...

O Sr. Gastão Müller — Em Mato Grosso já se usou muito a jardineira.

O Sr. Virgílio Távora — ... e, numa trilha, porque aquilo não era caminho, jogaram-no lembro-me como se fosse hoje — de Petrolina a Paulistana e Teresina num magnífico trem também, um pouco menos agradável do que aquele outro de Teresina e São Luiz. Aí o Tenente raciocinou: daqui eu não passo, tempo de guerra, não havia mais por onde ir para Belém. Mas, havia: à noite, fogos apagados, um "Itazinho" da antiga Companhia de Navegação Costeira fazia essa viagem. Chegamos em Belém depois de 62 dias e ao nos apresentarmos ao Comandante da Região de então, hoje falecido, S. Ex^a nos disse: "Daqui a uma semana sai um "gaiola", mas ele vai deixar em tal, tal e tal lugar, mantimentos etc., e o Senhor chegará em Porto Velho daqui a 45 dias. Vê V. Ex^a que quando se refere a esse tempo, tem que ser bem calculada, tem que ser bem aferida a época. Não é como ho-

je, quando pego um avião e chego lá em questão de horas.

O Sr. Gastão Müller — Muito obrigado ao Senhor Virgílio Távora, que nos deu a oportunidade de ouvir uma descrição do que era o Brasil de então, e da grande área que S. Ex^a conheceu do Brasil interior. Para um jovem Tenente de Engenharia — e resalto, novamente, primeiro de turma — que estava sonhando na época não em ser Senador e Governador, mas em ser General, o que era natural na sua carreira, ele teve uma bela experiência para começo de carreira. E eu me congratulo com ele.

O Sr. Virgílio Távora — De qualquer maneira, não passa na cabeça de ninguém que, *sponte sua*, a não ser por motivos muito especiais, alguém fosse fazer uma viagem dessas, numa época dessas e sob um calor desses.

O Sr. Gastão Müller — Muito obrigado, Senador Virgílio Távora e Senador Jorge Kalume, pela oportunidade que nos deu, não desse debate, mas desse diálogo muito interessante, que fará com que o Senador Virgílio Távora de agora em diante não fale mais em exílio dentro da Pátria.

O SR. JORGE KALUME — Gostei de ouvir o diálogo, que enriqueceu o meu pronunciamento. E ao Senador Virgílio Távora podemos dizer — e V. Ex^a vai me ouvir — pois já dizia Confúcio que só a desgraça amadurece o homem.

Daí por que, hoje, o nosso Senador Virgílio Távora é um monumento de experiência, para nos ensinar as grandes lições para a nossa vida.

O Sr. Mário Maia — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. JORGE KALUME — Ouço, com prazer, o ilustre coestadano.

O Sr. Mário Maia — Nobre Senador Jorge Kalume, como V. Ex^a acaba de constatar, pelo diálogo que se estabeleceu sobre o seu discurso entre os nossos ilustres pares, representantes do Mato Grosso e do Ceará, nós, que nascemos no Acre, já nascemos no exílio. Nascemos exilados, felizmente dentro do conceito aqui discutido, pois, hoje, já não podemos nos considerar assim. Por isso quero congratular-me com V. Ex^a 9, em trazer à Casa uma apreciação do que está sendo concretizado no ocidental de nosso País, com a realização da obra ciclópica da BR-364, em pelo menos metade da sua extensão, o que nos dá a esperança de que, dentro de breves anos ainda teremos a capital do nosso Estado, o Acre, ligada a todos os centros e ao sul do País, porque acabamos de verificar, pelos noticiários dos jornais, e estamos agora atentos ao discurso de V. Ex^a com os dados precisos que está trazendo ao registro da Casa, que a BR-364 haverá de ser concluída no seu trecho Cuiabá — Porto Velho, dentro de breves dias; se não me engano, até o dia 13 de setembro estaria Sua Excelência...

O SR. JORGE KALUME — Exatamente, será inaugurado.

O Sr. Mário Maia — ...o Senhor Presidente da República inaugurando esse trecho. Faço votos que o nosso apelo, o apelo deste que é hoje Senador da República fazia quando era Deputado Federal, há mais de uma década passada, para que se concretizasse a BR-364, quando V. Ex^a também, naquela Casa, era meu par e pedia a mesma coisa como os outros companheiros nossos, indistintamente, de Partidos, representantes do Estado do Acre, para que possamos ver, agora, após a inauguração desse trecho, que o Governo, imediatamente, inicie, com todo o entusiasmo, o trecho Porto Velho — Rio Branco. Nós sabemos que o esforço do Governo foi grande. Até há bem pouco tempo, no ano de 82 a 83, o Brasil entrava com 65% dos recursos para a construção dessa estrada,

enquanto 35% era adquirido de empréstimo ao estrangeiro, através do Banco Mundial. De 83 para cá o Governo conseguiu inverter estas taxas e fez com que o Banco Mundial injetasse mais dinheiro, e através de empréstimos mais avultados ao Banco Mundial, que passou a contribuir com 65% do orçamento da estrada, e o Brasil com 35%: as obras se aceleraram de tal forma, que aquilo que a gente não tinha esperança para tão breve vai-se concretizar, agora, em setembro. Gostaria que o Governo determinasse ao Ministro dos Transportes, o Sr. Cloraldino Severo, que, imediatamente após a inauguração da estrada, mandasse transladar as máquinas para o trecho compreendido entre Porto Velho e a nossa capital. Portanto, independentemente das nossas posições partidárias, em defesa do Acre, nós nos congratulamos pelo oportuno e brilhante discurso que V. Ex^a faz nesta tarde, no Congresso Nacional.

O SR. JORGE KALUME — Muito obrigado a V. Ex^a Eu posso dizer-lhe que, apesar de adversário político, como V. Ex^a acentuou no final do seu aparte, todavia estamos sempre unidos pelo ideal de bem servir à amada querência, como diria o poeta.

Muito obrigado a V. Ex^a

Prosseguindo, Sr. Presidente:

Para uma análise mais profunda, no momento em que S. Ex^a o Presidente Figueiredo, há poucos dias a inspecionava e ao entregar títulos de terras aos agricultores assentados ao longo dessa rodovia, dentro do estado rondoniense, vale destacar algumas frases do seu discurso do Presidente do Inkra, Paulo Yocota, pelo alto significado sócio-econômico resultante desse empreendimento, com salutar reflexo para o Estado do Acre, que dentro em breve, também será um dos beneficiários. Eis:

"É este interior que sustenta o Brasil e proporciona os produtos agro pecuários que alimentam a nossa população apresentando os excedentes para fortalecer a pauta de exportação."

E aduziu:

"Aqui, a crise é de crescimento. As aspirações são por melhores estradas para escoamento da crescente produção regional. E as reivindicações de crédito são para ampliação dos plantios e armazéns para a estocagem da produção."

E o Ministro da Agricultura Nestor Jost, dando sequência a essa realidade, afirmou que:

"A partir de agora acabou-se o problema da quebra da safra no Acre, Rondônia e Mato Grosso, por falta de escoamento. A produção agrícola desta região é de seis milhões de toneladas, o que pode representar exportações de um bilhão de dólares."

Ao ver trabalho como esse, sinto que não clamei no deserto, pois desde 1963, como Deputado Federal já perseguia esse objetivo, isto é, a conclusão da Cuiabá — Porto Velho — Rio Branco (Acre). E para nosso goáudio, o Ministro Cloraldino Severo, em carta datada de 6 de julho, comunica-me que o asfalto terá continuidade até a Capital acreana, a qual lerei para constar do meu pronunciamento desta tarde:

"Brasília, 6 de julho de 1984

Carta nº 962/GM
Exm^o Sr.
Senador Jorge Kalume
Senado Federal
Brasília — DF

Tendo em vista o permanente interesse, demonstrado por V. Ex^a, a respeito do prosseguimento da construção da BR-364, no trecho Porto Velho—Rio

Branco, de vital significado para essa promissora região, tenho a satisfação de informar o que se segue:

— Em face da importância que esta rodovia representa para os Estados do Acre e Rondônia, em especial para o primeiro, o Ministério dos Transportes, desde 1981, vem procurando conseguir a participação do Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID, no financiamento do projeto para a sua pavimentação;

— Diante da manifestação inicialmente favorável daquele Banco, devida, inclusive, às características regionais de projeto no âmbito latino-americano, iniciou-se o processo de concorrência pública para a obra, que contou com a presença do Exm^o Sr. Presidente da República, em Rio Branco, em agosto de 1982;

— A despeito disso, a aprovação formal, pelo BID, vinha sofrendo retardos, por se situar o projeto fora da quota de financiamento, acertada com o Governo brasileiro;

— As negociações posteriores, mantidas com o Banco, em Washington, no mês de abril deste ano, conduziram a uma decisão efetiva para o assunto, em decorrência da qual veio ao Brasil, em junho passado, uma Missão de Pré-Avaliação daquela entidade bancária, para rever, com o Department Nacional de Estradas de Rodagem — DNER, todas as informações necessárias à montagem definitiva do projeto;

— Todo esforço está sendo desenvolvido no sentido de o empréstimo ser aprovado em dezembro próximo, o que permitirá a contratação das obras ainda no corrente ano;

— O valor do projeto está estimado, a preços atuais, em Cr\$ 216,0 bilhões equivalentes a US\$ 122,6 milhões, para a construção e pavimentação dos 501,6 km da rodovia. Já está acertado, com a Secretaria de Planejamento da Presidência da República que os desembolsos serão efetuados em 3 exercícios financeiros, visando a não alterar os compromissos assumidos com o BID e, por outro lado, não exigir a curto prazo, valores elevados de contrapartida.

Dessa forma, dentro em breve, o Ministério dos Transportes cumprirá a auspiciosa meta de integrar, definitivamente, a capital do Acre à malha rodoviária federal.

Cordiais saudações,

Cloraldino Soares Severo,
Ministro dos Transportes"

Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Parafaseando José Guiomard dos Santos, somente com obras dessa envergadura se fará deste Brasil continental a grande potência por nós ansiada.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. ALMIR PINTO NA SESSÃO DE 2-8-84 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. ALMIR PINTO (PDS — CE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

É com pesar que trago ao conhecimento desta Casa o trágico desaparecimento do vereador José Barros de A-

lencar, fato que comoveu Fortaleza e o povo cearense, vítima que foi de horroroso acidente rodoviário em companhia da esposa e mais duas pessoas, nas proximidades da cidade de Açu, deixando em estado desesperador, a esposa do edil fortalezense, D. Leda.

Rumavam à capital pernambucana, Recife, em gozo do recesso parlamentar, quando, numa ultrapassagem infeliz do motorista que dirigia o veículo, foi este colhido por um ônibus que vinha em sentido contrário. Deu-se então o choque inevitável, causando a morte de três passageiros e ferimentos graves, na quarta pessoa, que não era outra senão a esposa do vereador:

A surpresa de tão triste evento abalou o mundo social e político do meu Estado, que conhecia bem José Barros de Alencar, homem probo, compreensivo, tolerante e de alma aberta à concórdia, apontada como um dos políticos mais morigerados e de real conceito, pelo excelente espírito público, apanágio da sua personalidade.

Barros de Alencar teve elogiosa dedicação à política e à vida pública. Transcrevo, neste sentido necrológico que ora faço de sua fulgurante personalidade, a sua biografia, conforme se lê no Jornal *Diário do Nordeste*, de Fortaleza.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. ALMIR PINTO EM SEU PRONUNCIAMENTO:

BARROS TEVE UMA VIDA DEDICADA À POLÍTICA E À CAUSA PÚBLICA

José Barros de Alencar nasceu em Messejana no dia 4 de janeiro de 1923, sendo filho de Dionísio de Leonel Alencar e Josefa Barros de Alencar. Do casamento com dona Leda Alencar teve quatro filhos: Francisco José, Fernanda (que morreu em acidente), Diana e José Barros de Alencar Júnior. Foi eleito pela primeira vez vereador de Fortaleza no pleito de 3 de outubro de 1947, permanecendo no cargo até sua morte, sendo eleito Presidente da Câmara Municipal de Fortaleza por 12 vezes.

Ocupou as funções de Auditor do Tribunal de Contas do Município e subprefeito de Messejana. Ao longo dos seus 33 anos de sucessivos mandatos, José Barros de Alencar ocupou interinamente a Prefeitura de Fortaleza 70 vezes, sendo ainda Presidente da União dos Vereadores do Ceará, vice-presidente do Conselho Deliberativo da Associação Brasileira dos Municípios, secretário da Câmara, presidente de comissões e líder de seu partido. Defendeu as legendas da UDN, PTB, Arena e PDS. Agora que se fala em reformulação partidária, José Barros estava pensando em retornar às suas raízes trabalhistas ingressando no PDT.

Na sua trajetória política recebeu homenagens que poucos políticos experimentaram, recebendo entre diplomas e medalhas nada menos de 30 distinções. Foi o único vereador brasileiro a ser recebido em sessão especial e homenageado pela Academia Brasileira de Letras. Ilustram ainda seu currículo o diploma de Incentivador da Cultura, conferido pelo Conselho Superior da Academia Antero de Quental, de Lisboa, através de sua representação em São Paulo, bem como o título de Embaixador da Boa Vontade, conferida pela cidade de Louisville do Estado de Kentuck nos Estados Unidos, além da Medalha da Abolição e Presidente Emérito da Câmara Municipal de Fortaleza.

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. JORGE KALUME NA SESSÃO DE 2-8-84 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. JORGE KALUME (PDS — AC. Para discutir o projeto.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

É com grande alegria que estou participando desta sessão extraordinária, com o objetivo de aprovar — porque não há dúvida alguma de que será aprovado — o empréstimo, uma operação de crédito externo para a grande Bahia, no valor de 149 milhões de dólares.

Eu senti o interesse de V. Ex^a, Sr. Senador Lomanto Júnior, no momento na Presidência dos trabalhos, senti o interesse de seus colegas de representação no Senado, o eminente Senador Luiz Viana Filho, bem como o Senador Jutahy Magalhães, através de telefonemas, empenhando-se, todos eles, pela aprovação desse pedido do Governador João Durval Carneiro. Quero então, nesta oportunidade, congratular-me com V. Ex^a e os demais colegas de representação no Senado por esse gesto que vem engrandecer os nomes de V. Ex^{as}, que se interessaram por essa aprovação, porque, acima de qualquer divergência, V. Ex^{as} tiveram, no pensamento e no espírito, a grandeza da Bahia, terra do grande Rui. Portanto, a V. Ex^{as} as minhas felicitações, e que esse exemplo seja seguido pelos demais membros deste Senado.

Também devo lembrar que, há pouco tempo, gesto idêntico vi na pessoa do Senador Itamar Franco, quando, não obstante sua divergência com o Governador Tancredo Neves, fez questão de aprovar um empréstimo para seu Estado, porque — como V. Ex^{as} — antes das divergências, S. Ex^a viu, a grandeza de Minas Gerais.

Com estas palavras, quero registrar, mais uma vez, meus cumprimentos aos prezados colegas.

ATO DO PRESIDENTE
Nº 50, DE 1984

O Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 52, item 38, e 97, inciso IV, do Regimento Interno e de acordo com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 008366 84 5, resolve aposentar por invalidez, a partir de 3 de julho, de 1984, Carmelino Toso, Inspetor de Segurança Legislativa, Classe Especial, Referência NS-18, do Quadro Permanente do Senado Federal, nos termos dos artigos 101, inciso I, e 102, inciso I, alínea "b", da Constituição da República Federativa do Brasil, combinados com os artigos 427, inciso III, § 2º, 428, inciso III, e 415, § 4º, da Resolução SF nº 58, de 1972, e artigos 2º e 3º, da Resolução SF nº 358, de 1983, e artigo 1º da Lei nº 1.050, de 1950, com proventos integrais, bem como a Gratificação Especial de Desempenho e a Gratificação Adicional por tempo de serviço a que tem direito, na forma do artigo 3º da Lei nº 5.903, de 1973, e artigo 10 da Lei nº 4.345, de 1964, observado o limite previsto no artigo 102, § 2º da Constituição Federal.

Senado Federal, em 3 de agosto de 1984. — **Moacyr Dalla**, Presidente do Senado Federal.